

Comunica\u00e7\u00e3o Interna n\u00b0 34 / CSI - DAS - N\x9cCLEO APOIO ADM - DIVIS\u00e3O DA ATIVIDADE DE SUPORTE - N\x9cCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Em 15 de outubro de 2025.

De: Gilberto Costa de Amorim Junior

COORDENADOR/CSI

Para: Andr\u00e9 Luis Sant Ana Ribeiro

Assunto: Solicita\u00e7\u00e3o de contrata\u00e7\u00e3o por dispensa de licita\u00e7\u00e3o n\u00e3o eletr\u00f4nica Aquisi\u00e7\u00e3o de acess\u00f3rios de armazenamento externo (discos r\u00edgidos, adaptadores e case), conforme condi\u00e7\u00e3es estabelecidas neste procedimento.

Encaminho a Vossa Senhoria o processo de aquisi\u00e7\u00e3o de acess\u00f3rios de armazenamento externo (discos r\u00edgidos, adaptadores e case). A presente contrata\u00e7\u00e3o se destina \u00e1 aquisi\u00e7\u00e3o de dispositivos e acess\u00f3rios para copiagem forense, uma atividade essencial \u00e1s investiga\u00e7\u00e3es. A necessidade de novos equipamentos surgiu diretamente do esgotamento da capacidade de armazenamento nos servidores do M\u00ednisterio P\u0099blico, provocado pelo crescente volume de dados extra\u00e7os. Como consequ\u00eancia, todo o processo de copiagem passou a depender do uso de armazenamento local (HDS), o que exaure os recursos atualmente dispon\u00edveis. Desta forma, a aquisi\u00e7\u00e3o \u00e9 imprescind\u00edvel para viabilizar as c\u00f3pias, garantir a integridade dos dados e preservar a cadeia de cust\u00f3dia, em conformidade com as normas legais e t\u00e9cnicas, atendendo \u00e1reas sens\u00edveis e estrat\u00e9gicas da Institu\u00e7\u00e3o.

Como demonstram os documentos anexos, em especial o termo de refer\u00eancia, a contrata\u00e7\u00e3o \u00e9 fundamental, tendo em vista que a atual insufici\u00eancia de espa\u00e7o para armazenamento, informada a esta Coordenadoria somente no m\u00eas de setembro, compromete a continuidade dos servi\u00e7os prestados, com impacto direto no funcionamento de outras unidades. A solu\u00e7\u00e3o proposta atende \u00e1s necessidades da administra\u00e7\u00e3o, revelando-se a alternativa mais eficaz para ampliar, em curto prazo e de forma emergencial, a capacidade de armazenamento de dados na rede institucional.

Conforme se observa da pesquisa de mercado, apenas 01 (uma) das empresas pesquisadas apresentou or\u00e7amento, enquanto as demais n\u00e3o responderam aos e-mails enviados. Diante desse cen\u00e1rio, com objetivo de avaliar a razoabilidade do valor proposto pelo \u00f3nico fornecedor, foi realizada pesquisa de pre\u00e7os complementar. Essa an\u00e1lise incluiu consultas a sistemas de registros de pre\u00e7os de outros \u00f3rg\u00e3os p\u00fublicos, levantamento em sites especializados da internet e verificac\u00e3o de nota fiscal referente \u00e1 venda recente de objeto similar pela mesma empresa. Tamb\u00e9m se realizou consulta ao sistema de registro de pre\u00e7os da Secretaria da Administra\u00e7\u00e3o do Estado da Bahia, em que os itens n\u00e3o foram localizados.

Diante da excepcionalidade da situa\u00e7\u00e3o que ora se apresenta, n\u00e3o havia como incluir tal contrata\u00e7\u00e3o no Plano de Contrata\u00e7\u00e3es Anual, elaborado em 2024. Bem assim, a premente necessidade do objeto requer que a aquisi\u00e7\u00e3o seja efetivada de forma n\u00e3o eletr\u00f4nica, dada sua especificidade - demonstrada nas dificuldades da pesquisa de mercado - e aus\u00eancia de tempo h\u00e1bil para realiza\u00e7\u00e3o das etapas do certame. Por tais raz\u00f3es, solicita-se autoriza\u00e7\u00e3o, de forma at\u00edpica, para inclus\u00e3o da despesa no PCA e contrata\u00e7\u00e3o por dispensa n\u00e3o eletr\u00f4nica.

Ratifico ainda, como ordenador de despesas respons\u00e1vel por esta unidade gestora de recursos, a autoriza\u00e7\u00e3o para a presente contrata\u00e7\u00e3o, e indico como fiscal e suplente do contrato em tela, respectivamente, os seguintes servidores: Reinaldo G\u00f3es de Souza, matr\u00edcula 352.498, e Luciano Santos Correia, matr\u00edcula 269886.

Atenciosamente,

GILBERTO COSTA DE AMORIM J\u00dUNIOR
Promotor de Justi\u00e7a
Coordenador da CSI



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Costa de Amorim Junior** - Promotor de Justi\u00e7a, em 16/10/2025, \u00e0s 11:09, conforme Ato Normativo n\u00b0 047, de 15 de Dezembro de 2020 - M\u00ednisterio P\u0099blico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpbahia.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o c\u00f3digo verificador 1747212 e o c\u00f3digo CRC 13097697.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR)/Projeto Básico e Estudo Técnico Preliminar (caso necessário).

DESCRIÇÃO DA DEMANDA

1. Objeto da Futura Contratação:

Aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case), conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

ATENÇÃO: Replicar esta informação no item 1.1 do Termo de Referência

2. Objeto se enquadra em solução de tecnologia da Informação:

() SIM
() NÃO

Nota: Resolução

CNMP 283/2024

3. Unidade Solicitante:

Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI

4. Unidade Gestora do Recurso (Código e Nome):

40.101/0038 - Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI

5. Origem do Recurso: (Marcar com X - Indicar conforme dotação orçamentária destinada à despesa)

() RECURSOS PRÓPRIOS - Orçamento do MPBA
() RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO ESTADUAL
() RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO FEDERAL

CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável; caso contrário, informar "Não se aplica")

Não se aplica.

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

() SIM, contratação se encontra prevista no PCA, conforme dados abaixo:

Indicação do Item	Código previsto no PCA publicado	Valor estimado no PCA

() NÃO, apresentando-se, a seguir, a justificativa para ausência de previsão no PCA.

JUSTIFICATIVA:

Conforme Comunicação Interna nº 34 / CSI - Documento 1747212

justificativa

ATENÇÃO: Inserir texto com a

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

Nome Completo:

Caroline Santana Silva

Unidade Administrativa:

Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI

IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO DA UNIDADE SOLICITANTE

Nome Completo:

Gilberto Costa de Amorim Júnior

Órgão/Unidade:

Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado no SEI pelo servidor responsável pelo preenchimento.

O superior imediato deverá inserir uma manifestação no SEI dando ciência da solicitação.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** - Assistente Técnico Administrativa, em 16/10/2025, às 10:50, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Costa de Amorim Junior** - Promotor de Justiça, em 16/10/2025, às 11:09, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1738547** e o código CRC **20D456CA**.

19.09.45607.0031704/2025-06

1738547v1

@descricao orgao m



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “a” da Lei Federal nº 14.133/2021)

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

Aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case), conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

Declara-se, para os devidos fins, que o objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Ato Normativo nº 004/2024.

1.2 INDICAÇÃO DE MARCA E/OU MODELO ESPECÍFICOS DE DETERMINADO FABRICANTE

(X) A - NÃO SE APLICA.

() B - SIM. INDICAR OS ITENS:

() C - MARCA/MODELO REFERÊNCIA.

1.3 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO DEFINIDO

A quantidade de acessórios indicada é necessária para atender as demandas relacionadas à duplicação e guarda transitória de dados na unidade acima identificada. Esses acessórios foram dimensionados considerando o fluxo operacional atual, garantindo o funcionamento contínuo dos equipamentos, a segurança das informações e a adequação ao ambiente técnico.

1.4 FORMA DE FORNECIMENTO

(X) A - FORNECIMENTO IMEDIATO.

() B - FORNECIMENTO PARCELADO.

() C - FORNECIMENTO CONTINUADO. Inserir Justificativa:

() D - CONFORME DEMANDA. Informar:

1.5 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade suprir a necessidade institucional de aquisição de acessórios destinados à copiagem e duplicação forense de mídias digitais, atividade essencial no contexto das investigações. Ressalta-se que, devido à ausência de espaço suficiente na rede institucional para armazenamento, resultado do crescimento de demandas de extração e processamento de dados, faz-se necessário utilizar repositórios de dados em HDs. Tal medida busca assegurar a integridade, a preservação e a confiabilidade dos dados extraídos, em conformidade com os requisitos legais e técnicos aplicáveis.



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

1.6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Cuida-se de aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case), visando suprir a demanda por repositórios de dados extraídos no âmbito das investigações, garantindo sua preservação e confiabilidade. Diante do crescimento contínuo na utilização dos sistemas desenvolvidos por esta unidade, que atendem áreas sensíveis e estratégicas da Instituição, torna-se imprescindível a contratação imediata destes acessórios.

A atual insuficiência de espaço para armazenamento compromete a continuidade dos serviços prestados, podendo impactar diretamente o funcionamento de outras unidades. A solução proposta atende às necessidades da administração, revelando-se a alternativa mais eficaz para ampliar, em curto prazo, a capacidade de armazenamento de dados na rede institucional.

2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1.1 BASE LEGAL:

A seleção do fornecedor será por Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço praticado, a partir de pesquisa de preços realizada no mercado local, consultas a sistemas de registros de preços de outros órgãos públicos, levantamento em sites especializados da internet e verificação de nota fiscal referente à venda recente de objeto similar pela mesma empresa.

2.1.2 DIVULGAÇÃO DE AVISO PARA COTAÇÃO NO PORTAL MPBA:

A - NÃO, CONFORME A SEGUINTE JUSTIFICATIVA: Não se recomenda a adoção do procedimento previsto no art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021 (divulgação de aviso pelo prazo mínimo de 3 dias úteis) em razão de medidas aplicáveis de contrainteligência, de modo a resguardar o sigilo, no que for possível, sobre as pretensões de aquisições e serviços relativos às áreas de inteligência e segurança institucional. Ademais, foi realizada a pesquisa de preços, na forma mais ampla possível, com fornecedores reconhecidos no ramo de atividade e que apresentaram os respectivos orçamentos.

B - SIM, CONFORME REGRAS ABAIXO:

- E-mail para encaminhamento de propostas*:
- Telefone para contato*:
- Prazo para envio das propostas por e-mail: xx (xxxx) dias úteis.

2.2 HABILITAÇÃO

2.2.1 JURÍDICA:

A - DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ, Contrato social e alterações, se houver, e ato constitutivo);



TERMO DE REFER\u00c8NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7\u00e3O DE VALOR - N\u00e3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3OES

() B - DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA F\u00d3SICA (Documento oficial de identifica\u00e7\u00e3o pessoal e cart\u00e3o CPF, caso esta numera\u00e7\u00e3o n\u00e3o conste no primeiro)

2.2.2 FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:

A - Certid\u00e3o Negativa de D\u00e9bitos junto \u00e0 Receita Federal e INSS;

B - Certid\u00e3o de Regularidade Fiscal para com a Fazenda P\u00ublica do Estado da Bahia;

B.1 - Certid\u00e3o de Regularidade Fiscal com a Fazenda P\u00ublica do Estado sede da empresa ou do domic\u00edlio da pessoa f\u00f3sica – caso n\u00e3o seja Bahia;

C - Certid\u00e3o de Regularidade com a Fazenda P\u00ublica Municipal do m\u00ednicipio-sede do fornecedor selecionado;

D - Certid\u00e3o Negativa de D\u00e9bitos Trabalhistas (se pessoa jur\u00eddica);

E - Certid\u00e3o de Regularidade do FGTS (se pessoa jur\u00eddica).

2.2.3 T\u00c9CNICA:

() A - N\u00e3O SER\u00c1 EXIGIDA.

() B - SER\u00c1 EXIGIDA QUALIFICA\u00c7\u00e3O T\u00c9CNICA.

2.2.4 ECON\u00d3MICO-FINANCEIRA:

() A - NAO SER\u00c1 EXIGIDA QUALIFICA\u00c7\u00e3O ECON\u00d3MICO-FINANCEIRA.

() B - CERTID\u00E3O NEGATIVA DE FAL\u00c9NCIA.

() C - BALAN\u00c7O PATRIMONIAL E DEMONSTRA\u00c7\u00e3OES CONT\u00e1BEIS DO \u00c9XERC\u00c3O SOCIAL, COM INDICA\u00c7\u00e3O DE \u00c9NDICES. ESPECIFICAR:

➤ JUSTIFICAR OP\u00c7\u00e3O “C”:

➤ \u00c9NDICES CONT\u00e1BEIS APLIC\u00c1VEIS:

() 1. Liquidez Corrente (ILC), que dever\u00e1 ser:

() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:

() 2. Liquidez Geral (LG), que dever\u00e1 ser:

() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:

() 3. Solv\u00eancia Geral (SG), que dever\u00e1 ser:

() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:

() 4. Outro. Indicar:

() D - DEMONSTRA\u00c7\u00e3O DE PATRIM\u00f4NIO L\u00edQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a _____ % do valor da licita\u00e7\u00e3o (limite legal: 10%);

➤ JUSTIFICAR OP\u00c7\u00e3O “D”:

3. REQUISITOS DA CONTRATA\u00c7\u00e3O



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

3.1 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

3.1.1 O fornecedor deverá retirar a nota de empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.

3.1.2 O prestador poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por motivo justo e aceito pela Administração.

3.2 FORMA DE EXECUÇÃO

3.2.1 PRAZO DE ENTREGA: 20 (vinte) dias corridos.

3.2.2 PRAZO CONTADO A PARTIR DE:

(X) A - RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL).

() B - OUTRO – Informar:

3.2.3 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA:

() A - NÃO.

(X) B - SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pela Instituição.

3.2.4 LOCAL (IS) DE ENTREGA: Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público do Estado da Bahia (CSI/MPBA), localizada à Avenida Joana Angélica, 1312, 1º andar, Nazaré, Salvador/BA.

3.2.5 DIAS E HORÁRIOS PARA ENTREGA: De segunda à sexta-feira das 8:00 às 17:00.

3.2.6 NECESSIDADE DE AGENDAMENTO:

() NÃO

(X) SIM

3.2.7 SETOR RESPONSÁVEL POR AGENDAR A ENTREGA (SE FOR O CASO) E/OU RECEPCIONAR OS BENS:
Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público do Estado da Bahia (CSI/MPBA)

3.2.8 TELEFONE E E-MAIL PARA CONTATO: (71) 3103-6556 e csi@mpba.mp.br

3.2.9 REGRAS E/OU TIPOS DE EMBALAGEM DO(S) BEM(NS):

() A - NÃO SE APLICA.

(X) B - APLICA-SE, CONFORME DESCrito ABAIXO:



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

Os bens deverão ser entregues armazenados em embalagens adequadas às características dos produtos, de modo a garantir o seu recebimento em perfeito estado de conservação.

3.2.10 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

A - NÃO SE APLICA.

B - APLICA-SE, CONFORME DESCrito ABAIXO:

3.3 REGRAS SOBRE MONTAGEM:

A - BENS ENTREGUES MONTADOS OU SEM NECESSIDADE DE MONTAGEM.

B - BENS ENTREGUES DESMONTADOS.

C - BENS ENTREGUES DESMONTADOS, MAS COM MONTAGEM A CARGO DO FORNECEDOR .

CONDICÕES:

C.1 - PRAZO PARA MONTAGEM:

I - ____ horas, contadas a partir da solicitação pelo MPBA.

II - ____ dias, contados a partir da solicitação pelo MPBA.

III - Mediante agendamento - Regras:

Unidade Responsável:

Telefone e e-mail para contato: () _____ e _____@mpba.mpp.br.

C.2 - DIAS E HORÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA MONTAGEM:

C.3 - LOCAL PARA MONTAGEM:

I - Sede específica do MPBA em Salvador:

II - Qualquer sede do MPBA na cidade de Salvador ou respectiva Região Metropolitana:

III – Outra. Indicar:

3.4 REGRAS PARA INSTALAÇÃO

A - BENS ENTREGUES SEM NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO.

B - BENS ENTREGUES COM INSTALAÇÃO A CARGO DO FORNECEDOR.

CONDICÕES:

B.1 - PRAZO PARA INSTALAÇÃO:



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

() I - _____ horas, contadas a partir da solicitação pelo MPBA.

() II - _____ dias, contados a partir da solicitação pelo MPBA.

() III - Mediante agendamento - Regras:

- Unidade Responsável:
- Telefone e e-mail para contato: () _____ e _____@mpba.mpp.br.

B.2 - DIAS E HORÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA MONTAGEM:

B.3 - LOCAL PARA INSTALAÇÃO:

() I - Sede específica do MPBA em Salvador:

() II - Qualquer sede do MPBA na cidade de Salvador ou respectiva Região Metropolitana:

() III – Outra – Indicar:

3.5 PRAZO DE VALIDADE PARA BENS PERECÍVEIS:

(X) A - NÃO SE APLICA (OBJETO NÃO ABRANGE BENS PERECÍVEIS).

() B - BENS DEVERÃO SER ENTREGUES DENTRO DA VALIDADE PREVISTA NA EMBALAGEM, SEM EXIGÊNCIA DE DECURSO MÁXIMO ESPECÍFICO.

() C - BENS DEVERÃO SER ENTREGUES DENTRO DA VALIDADE PREVISTA NA EMBALAGEM, RESPEITANDO OS SEGUINTE(S) DECURSO(S) MÁXIMO(S) DE PRAZO:

ITEM / LOTE	PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE	DECURSO MÁXIMO DO PRAZO DE VALIDADE (na data de entrega)

3.6 REGRAS DE GARANTIA

3.6.1 REGRAS GERAIS:

() A - NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APPLICÁVEL AO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA.

(X) B - GARANTIA LEGAL PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

() C - GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS:



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

() D - HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA)

- JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:
- INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – *Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I:*
 - GARANTIA LEGAL:
 - GARANTIA CONTRATADA:

() E - DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO).

3.6.2 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA:

3.6.2.1 EXECUTOR DA GARANTIA:

- () A - CONTRATADO (REGRA GERAL).
- () B - FABRICANTE (EXCEÇÃO).

- Justificar a exigência de garantia do fabricante:

3.6.2.2 DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos bens:

- () A - _____ DIAS.
- () B - _____ MESES.
- () C - GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (FORNECIMENTOS CONTINUADOS)

- Justificar prazo de duração definido:

3.6.2.3 PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA:

- () A - _____ HORAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos
- () B - _____ DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos
- () C - OUTRO(S). Indicar:

3.6.2.4 FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO:

- () A - Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador.
- () B - Assistência sediada no município:
- () C - Assistência sediada em local a critério da Contratada.



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

() D - *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (EXCEÇÃO). Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;
- Justificativa para a garantia *on site*:

() E - Outra. Especificar:

3.6.2.5 DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA:

(X) A - NÃO SE APLICA.

() B - APLICA-SE, CONFORME DESCrito ABAIXO:

3.7 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

(X) A - VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO.

() B - ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS.

➤ Indicar parcela(s) subcontratável (eis):

➤ Indicar regras/condições para subcontratação:

3.8 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

3.8.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.8.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

3.8.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução da contratação, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

3.8.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega/execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

3.8.1.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

3.8.1.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos fornecimentos já efetuados;



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

3.8.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;

3.8.1.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

3.8.1.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual/BA nº 14.634/2023; art. 12, §2º e Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

3.8.1.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

3.8.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste instrumento.

3.8.1.4 O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar a devolução de bens que não estejam sendo ou não tenham sido fornecidos de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

3.8.1.4.1 Qualquer bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído pela CONTRATADA, às suas expensas;

3.8.1.4.2 A não aceitação de algum bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

3.8.1.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente instrumento.

3.8.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

3.8.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO:

A - NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.8.1

B - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:

3.8.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

3.8.3.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.8.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

3.8.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;



TERMO DE REFER\u00c8NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7\u00e3O DE VALOR - N\u00e3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3OES

- 3.8.3.2.2 Der causa \u00e0 inexecu\u00e7\u00e3o parcial do contrato que cause grave dano \u00e0 Administra\u00e7\u00e3o ou ao funcionamento dos servi\u00eços p\u00ublicos ou ao interesse coletivo;
- 3.8.3.2.3 Der causa \u00e0 inexecu\u00e7\u00e3o total do contrato;
- 3.8.3.2.4 N\u00e3o manter a proposta, salvo em decorr\u00eancia de fato superveniente devidamente justificado;
- 3.8.3.2.5 Ensejar o retardamento da execu\u00e7\u00e3o ou da entrega do objeto da contrata\u00e7\u00e3o sem motivo justificado;
- 3.8.3.2.6 Apresentar documenta\u00e7\u00e3o falsa ou prestar declara\u00e7\u00e3o falsa durante a execu\u00e7\u00e3o do contrato;
- 3.8.3.2.7 N\u00e3o celebrar o contrato ou n\u00e3o entregar a documenta\u00e7\u00e3o exigida para a contrata\u00e7\u00e3o, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 3.8.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execu\u00e7\u00e3o do contrato;
- 3.8.3.2.9 Comportar-se de modo inid\u00f3neo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 3.8.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei n\u00b0 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.8.3.3 Ser\u00e3o aplicadas ao职责 pelas infra\u00e7\u00e3es administrativas acima descritas as seguintes san\u00e7\u00e3es:

- 3.8.3.3.1 Advert\u00eancia, quando a CONTRATADA der causa \u00e0 inexecu\u00e7\u00e3o parcial do contrato, sempre que n\u00e3o se justificar a imposi\u00e7\u00e3o de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal n\u00b0 14.133/2021);
- 3.8.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.8.3.2.2, a 3.8.3.2.4 acima, sempre que n\u00e3o se justificar a imposi\u00e7\u00e3o de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);
- 3.8.3.3.3 Declara\u00e7\u00e3o de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.8.3.2.5 a 3.8.3.2.10, acima, bem como nas al\u00edneas 3.8.3.2.2 a 3.8.3.2.4, que justifiquem a imposi\u00e7\u00e3o de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal n\u00b0 14.133/21);

3.8.4 DAS MULTAS:

A - APlicam-se as disposi\u00e7\u00e3es abaixo elencadas:

- 3.8.4.1 Morat\u00f3ria de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, at\u00e9 o limite de 30 (trinta) dias;
- 3.8.4.2 Compensat\u00f3ria de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infra\u00e7\u00e3es a seguir descritas:
 - 3.8.4.2.1 Apresentar documenta\u00e7\u00e3o falsa ou prestar declara\u00e7\u00e3o falsa durante a execu\u00e7\u00e3o do contrato;
 - 3.8.4.2.2 N\u00e3o celebrar o contrato ou n\u00e3o entregar a documenta\u00e7\u00e3o exigida para a contrata\u00e7\u00e3o, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



TERMO DE REFER\u00c8NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7\u00e3O DE VALOR - N\u00c3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3ES

3.8.4.2.3 Praticar ato fraudulento na execu\u00e7\u00e3o do contrato;

3.8.4.2.4 Comportar-se de modo inid\u00f4neo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.8.4.2.5 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei n\u00b0 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.8.4.3 Compensat\u00f3ria de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infra\u00e7\u00e3es baixo descritas;

3.8.4.3.1 Der causa \u00e0 inexecu\u00e7\u00e3o total do contrato;

3.8.4.3.2 N\u00e3o manter a proposta, salvo em decorr\u00eancia de fato superveniente devidamente justificado;

3.8.4.4 Para as infra\u00e7\u00e3es abaixo dispostas, a multa ser\u00e1 de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

3.8.4.4.1 Der causa \u00e0 inexecu\u00e7\u00e3o parcial do contrato;

3.8.4.4.2 Der causa \u00e0 inexecu\u00e7\u00e3o parcial do contrato que cause grave dano \u00e0 Administra\u00e7\u00e3o ou ao funcionamento dos servi\u00eços p\u00ublicos ou ao interesse coletivo;

3.8.4.4.3 Ensejar o retardamento da execu\u00e7\u00e3o ou da entrega do objeto da contrata\u00e7\u00e3o sem motivo justificado;

() B - DISPOSI\u00c7\u00E3ES ESPEC\u00C1FICAS:

3.8.4.1 Morat\u00f3ria de xxx% (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, at\u00e9 o limite de 30 (trinta) dias;

3.8.4.2 Compensat\u00f3ria de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infra\u00e7\u00e3es a seguir descritas:

3.8.4.2.1 Apresentar documenta\u00e7\u00e3o falsa ou prestar declara\u00e7\u00e3o falsa durante a execu\u00e7\u00e3o do contrato;

3.8.4.2.2 N\u00e3o celebrar o contrato ou n\u00e3o entregar a documenta\u00e7\u00e3o exigida para a contrata\u00e7\u00e3o, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.8.4.2.3 Praticar ato fraudulento na execu\u00e7\u00e3o do contrato;

3.8.4.2.4 Comportar-se de modo inid\u00f4neo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.8.4.2.5 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei n\u00b0 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.8.4.3 Compensat\u00f3ria de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infra\u00e7\u00e3es baixo descritas;

3.8.4.3.1 Der causa \u00e0 inexecu\u00e7\u00e3o total do contrato;

3.8.4.3.2 N\u00e3o manter a proposta, salvo em decorr\u00eancia de fato superveniente devidamente justificado;

3.8.4.4 Para as infra\u00e7\u00e3es abaixo dispostas, a multa ser\u00e1 de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato;

3.8.4.4.1 Der causa \u00e0 inexecu\u00e7\u00e3o parcial do contrato;



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

3.8.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.8.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.9 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)

3.9.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 5 dias corridos (regra geral), contados:

A - DA ENTREGA DOS BENS.

B - OUTRO(S). Indicar:

3.9.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.

3.9.3 PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE BENS(S) REJEITADO(S):

A - NÃO SE APLICA.

B - PRAZO:

B.1 - ____ HORAS. Contagem: – Escolher uma opção: Úteis Corridos

B.2 - 5 DIAS. Contagem: – Escolher uma opção: Úteis Corridos

B.3 - OUTRO(S). Indicar:

3.9.4 DEMAIS REGAMENTOS:

3.9.4.1 O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

3.9.4.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, no prazo indicado no item 3.9.3 - B, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

3.9.4.3 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 3.9.2;

3.9.4.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.



TERMO DE REFER\u00c8NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7\u00e3O DE VALOR - N\u00e3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3OES

3.10 DOS PRE\u00c7OS

3.10.1 ABRANG\u00c9NCIA:

(X) A - OS PRE\u00c7OS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESS\u00c1RIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATA\u00c7\u00e3O.

- Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.
- Demais regramentos (se houver):

() B - ITENS OU CUSTOS N\u00a3O INCLUSOS NOS PRE\u00c7OS PACTUADOS:

3.10.2 CRIT\u00c9RIOS PARA DEFINI\u00c7\u00e3O DOS PRE\u00c7OS:

(X) A - VALOR UNIT\u00c1RIO POR BEM:

() B - OUTRO. Indicar:

3.11 REGRAS DE FATURAMENTO

3.11.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S):

(X) A - EM PARCELA \u00d9NICA - AO FINAL DE TODA A EXECU\u00c7\u00e3O CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (REGRA GERAL)

() B - M\u00dculiplos faturamentos, sendo cada um realizado ap\u00f3s a execu\u00e7\u00e3o de cada pedido / empenho emitido.

() C - MENSAL.

() D - PARCELADO:

- D.1 - QUANTIDADE DE PARCELAS:
- D.2 - DEFINI\u00c7\u00e3O DOS MONTANTES DAS PARCELAS - Especificar:

() E - OUTRO(A). Indicar:

3.11.2 CONDI\u00c7\u00e3OES ESPEC\u00c1FICAS PARA FATURAMENTO:

(X) A - N\u00a3O SE APLICA, sendo necess\u00e1ria somente a apresenta\u00e7\u00e3o de nota fiscal/fatura e certid\u00f5es de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.12.1 (abaixo).

() B - REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para al\u00e9m dos indicados na op\u00e7\u00e3o A. Especificar:



TERMO DE REFER\u00c8NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7\u00e3O DE VALOR - N\u00e3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3ES

3.12 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZA\u00c7\u00e3O MONET\u00c1RIA

3.12.1 O pagamento será processado na periodicidade indicada no item 3.11.1, sendo cada um realizado após a entrega de bens cabível, e apresentação, pela CONTRATADA, de nota fiscal e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE;

3.12.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.12.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.12.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.12.3 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratual;

3.12.4 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

3.12.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.12.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.12.2 e 3.12.2.1.

3.12.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.

3.13 REAJUSTAMENTO

3.13.1 REGRAS:

➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços:

(X) A - INPC/IBGE.

() B - OUTRO. Indicar:

➤ A eventual concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.



TERMO DE REFER\u00c9NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7\u00e3O DE VALOR - N\u00e3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3OES

- Na hip\u00f3tese de reajustamento, adotar-se-\u00e1 como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o m\u00eas de apresenta\u00e7\u00e3o do or\u00e7amento estimado pela administra\u00e7\u00e3o e termo final o m\u00eas que antecede a data de anivers\u00e1rio.
- Ser\u00e3o objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de fornecimento formalizados ap\u00f3s o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do or\u00e7amento estimado pela administra\u00e7\u00e3o.
- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno m\u00ednimo de um ano ser\u00e1 contado a partir dos efeitos financeiros do \u00faltimo reajuste.

3.14 DEFINI\u00c7\u00e3O DE VIG\u00c3NCIAS

3.14.1 VIG\u00c3NCIA DA ATA DE REGISTRO DE PRE\u00c7OS (ARP):

(X) A - N\u00e3O SE APLICA (N\u00e3o se trata de registro de pre\u00c7os).

() B - VIG\u00c3NCIA DA ARP:

➤ Prazo de vig\u00eancia da ARP: _____ meses (Limitado a 01 ano).

➤ Possibilidade de prorroga\u00e7\u00e3o de prazo de vig\u00eancia:

() N\u00e3O () SIM (Limitado ao total de vig\u00eancia da ARP de 02 anos)

3.14.2 DEFINI\u00c7\u00e3O DE VIG\u00c3NCIA DA CONTRATA\u00c7\u00e3O:

(X) A - CONTRATA\u00c7\u00e3OES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO:

() A.1 - _____ meses, contados do recebimento do empenho pela contratada.

() A.2 - 60 dias, contados do recebimento do empenho pela contratada.

() A.3 - _____ meses, contados a partir do dia ____ de _____ de 202x (previs\u00e3o inicial).*

() A.4 - _____ dias, contados a partir do dia ____ de _____ de 202x (previs\u00e3o inicial).*

() B - CONTRATA\u00c7\u00e3OES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO:

() B.1: _____ meses/ _____ anos, contados a partir da

() Op\u00e7\u00e3o1: Data certa (previs\u00e3o inicial): ____ de ____ de 202X.

() Op\u00e7\u00e3o 2: Da data da (\'ltima) assinatura.

() B. 2: _____ dias, contados a partir da:

() Op\u00e7\u00e3o1: Data certa (previs\u00e3o inicial): ____ de ____ de 202X.



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

() Opção 2: Da data da (última) assinatura.

3.14.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA:

(X) A - NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

() B - SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM.

➤ Justificativa:

3.15 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

3.15.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes neste instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do CONTRATANTE, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

3.15.1.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.15.1.2 Prestar diretamente os fornecimentos ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;

3.15.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos fornecimentos objeto deste instrumento;

3.15.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos fornecimentos objeto deste instrumento;

3.15.1.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas;

3.15.1.6 Assegurar que os fornecimentos objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

3.15.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

3.15.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo CONTRATANTE não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela CONTRATADA;

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

3.15.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.11 e 3.12 deste instrumento;

3.15.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.15.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.15.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo CONTRATANTE, de substituição bens que não tenham sido entregues em conformidade com as condições deste instrumento ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando a substituição, sem ônus para o CONTRATANTE;

3.15.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução contratual;

3.15.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à contratação;

3.15.1.14 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.15.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.15.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.15.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.15.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

3.15.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021);

3.15.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste instrumento, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

(X) A - NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.

() B - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:

3.16 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.16.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

3.16.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar plenamente o objeto contratado;

3.16.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;

3.16.1.3 Permitir o acesso da CONTRATADA às instalações físicas do CONTRATANTE, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos fornecimentos;

3.16.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente instrumento, notificando a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.16.1.5 Fornecer à CONTRATADA, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento.

3.16.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

3.16.1.6.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

3.16.1.6.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

3.16.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

(X) A - NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

() B - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:

3.17 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL

(X) A - NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.



TERMO DE REFER\u00c8NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7AO DE VALOR - N\u00e3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3ES

() B - SER\u00c1 EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:

➤ B.1 Percentual exigido:

- () I - 5% (cinco por cento)
() II - OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento)

- Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato:

➤ B.2 Prazo para apresenta\u00e7\u00e3o da garantia: _____ dias ap\u00f3s assinatura do contrato.

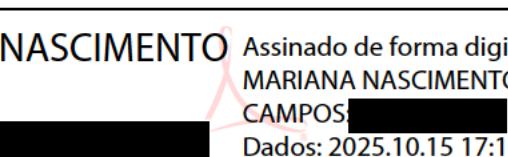
➤ B.3 Prazo de dura\u00e7\u00e3o da garantia contratual na modalidade seguro-garantia:

- () I - A MESMA DA CONTRATA\u00c7\u00e3O.
() II - _____ dias/meses ap\u00f3s a vig\u00eancia da contrata\u00c7\u00e3o.

3.18 INFORMA\u00c7\u00E3ES OR\u00c3MENT\u00c1RIAS

CONFORME FORMUL\u00c1RIOS DE INFORMA\u00c7\u00E3ES OR\u00c3MENT\u00c1RIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATA\u00c7\u00E3O.

3.19 RESPONS\u00c1VEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

MATR\u00edCULA:	353.490
NOME DO SERVIDOR:	Mariana Nascimento Sotero Campos
UNIDADE ADMINISTRATIVA:	CSI
INSERIR ASSINATURA DIGITAL:	MARIANA NASCIMENTO SOTERO CAMPOS  Assinado de forma digital por MARIANA NASCIMENTO SOTERO CAMPOS: [REDACTED] Dados: 2025.10.15 17:13:08 -03'00'



**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR -
NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES**

APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS A SEREM FORNECIDOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PDM com descrição	CATMAT com descrição
1	DISCO RÍGIDO SATA 3,5 / 14TB	Unidade	2	7030 – Equipamentos de armazenamento de dados	17653 – Disco rígido removível
2	ADAPTADOR SATA USB	Unidade	2	7060 – Peças e acessórios para computadores	15410 – Adaptador conector
3	CASE EXTERNO SSD	Unidade	1	9390 – Produtos diversos não metálicos	4170 – Caixa Protetora Equipamento Eletrônico

Solicitação de Orçamento

De Reinaldo Goes de Souza <rgsouza@mpba.mp.br>

Data Seg, 29/09/2025 14:12

Cco victor@wimaxi.com.br <victor@wimaxi.com.br>; netlife.supri@hotmail.com <netlife.supri@hotmail.com>; site@login.com.br <site@login.com.br>; atendimento@nagem.com.br <atendimento@nagem.com.br>

Prezados,

Solicito a gentileza de encaminhar orçamento para a aquisição de:

- 02 unidades de disco rígido com capacidade de 14TB
- 02 unidades de adaptador SATA para USB
- 01 unidade de case externo para SSD M.2 NVMe/SATA USB

Outras informações:

- **Destinatário:** Ministério Público do Estado da Bahia
- **CNPJ:** 04.142.491/0001-66
- **Endereço de entrega:** Avenida Joana Angélica, nº 1.312, 1º andar, sala da CSI, Sede do MP, bairro Nazaré, Salvador/BA, CEP: 40.050-001.
- O valor total apresentado no orçamento deverá incluir **todas as despesas com entrega** dos itens no endereço acima.
- O **prazo máximo para entrega** é de **20 (vinte) dias**, contados a partir do recebimento da **Nota de Empenho**.

Atenciosamente,

Reinaldo Góes de Souza

Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI

Ministério Pùblico do Estado da Bahia

(71) 3103 6556

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

RE: Solicitação de Orçamento

De NETLIFE INFORMÁTICA <netlife@netlifeinformatica.com>

Data Seg, 29/09/2025 15:18

Para Reinaldo Goes de Souza <rgsouza@mpba.mp.br>

1 anexo (282 KB)

COTAÇÃO HD MP.pdf;

Boa tarde

Segue cotação em anexo

**HENRIQUE
NETLIFE
TEL. 71-3341-0926
Celular 71-98643-9946
netlife@netlifeinformatica.com
netlife.supri@hotmail.com
netlifeinformatica1@gmail.com**

De: Reinaldo Goes de Souza <rgsouza@mpba.mp.br>

Enviado: segunda-feira, 29 de setembro de 2025 14:12

Assunto: Solicitação de Orçamento

Prezados,

Solicito a gentileza de encaminhar orçamento para a aquisição de:

- 02 unidades de disco rígido com capacidade de 14TB
- 02 unidades de adaptador SATA para USB
- 01 unidade de case externo para SSD M.2 NVMe/SATA USB

Outras informações:

- **Destinatário:** Ministério Público do Estado da Bahia
- **CNPJ:** 04.142.491/0001-66
- **Endereço de entrega:** Avenida Joana Angélica, nº 1.312, 1º andar, sala da CSI, Sede do MP, bairro Nazaré, Salvador/BA, CEP: 40.050-001.
- O valor total apresentado no orçamento deverá incluir **todas as despesas com entrega** dos itens no endereço acima.
- O **prazo máximo para entrega** é de **20 (vinte) dias**, contados a partir do recebimento da **Nota de Empenho**.

Atenciosamente,

**Reinaldo Góes de Souza
Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI
Ministério Pùblico do Estado da Bahia
(71) 3103 6556**

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

PESQUISA DE PREÇOS

I - HD Interno de 14TB

a)

Aviso de Contratação Direta nº 00037/2023

[Acessar Contratação](#)

Última atualização 09/11/2023

Local: São Paulo/SP **Órgão:** SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Unidade compradora: 925004 - PMSP - SECRETARIA DAS PREFEITURAS REGIONAIS

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Aviso de Contratação Direta

Modo de disputa: Dispensa Com Disputa **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 09/11/2023 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 09/11/2023 13:19 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 14/11/2023 07:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 49269236000117-1-000922/2023 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Aquisição de 6 (seis) Hard Disk (HD) com capacidade de 14TB, velocidade de 7200 RPM, para serem utilizados em servidores de arquivos do tipo NAS, conforme especificação técnica detalhada no Termo de Referência.

Informação complementar:

Aquisição dentro do limite de valor estabelecido no Art. 75º, Inciso II da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 23.246,34	R\$ 14.100,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Disco Magnético	6	R\$ 3.874,39	R\$ 23.246,34	

Fonte: <https://pncp.gov.br/app/editais/49269236000117/2023/922>

Detalhamento:

Acompanhar Contratação



Dispensa Eletrônica N° 37/2023 (Lei 14.133/2021)



UASG 925004 - PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS ?

Contratação homologada ?

Itens

A relação de propostas e histórico de recursos do item poderão ser acessados através do ícone ⓘ
O termo de julgamento e o termo de homologação estarão disponíveis após a conclusão destas etapas, respectivamente.

1 DISCO MAGNÉTICO Homologado	Qtde solicitada 6	Valor estimado (unitário) R\$ 3.874,3900	Intervalo mínimo entre Lances R\$ 0,1000
Descrição detalhada Disco Magnético Memória: 16 TB, Velocidade Transferência: 6.0 GB/S, Aplicação: Microcomputador, Tamanho: 3.5 POL, Modelo: Nas, Interface: Sata Iii, Tipo: Rígido			
Quantidade solicitada 6	Unidade de fornecimento Unidade	Critério de julgamento Menor Preço	
Valor estimado (unitário) R\$ 3.874,3900	Valor estimado (total) R\$ 23.246,3400		

Fonte: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=92500406000372023>

b)

The screenshot shows a product page for a Western Digital Purple Pro 14TB hard drive. The main image displays the front panel of the drive, which is purple with the 'WD Purple Pro' logo and '14TB' capacity. To the right of the image, there is detailed product information and pricing.

Product Details:

- WD** logo
- Rating: 5 stars (0 reviews)
- HD WD 14TB Purple Pro, 7200RPM, Cache 256MB, 3.5", SATA - WD14PURP**
- Vendido e entregue por: **KaBuM!**
- Sobre o Produto**: Resumo gerado por IA
- Especificações Técnicas**: 14TB, operando a 7.200RPM, aliado a 512MB de cache para vigilância otimizada
- Compatibilidade**: Conexão SATA, suporta até 64 câmeras HD, ideal para DVRs e NVRs
- Performance e Benchmarks**: Transferência de até 255MB/s e carga de trabalho de 180TB/ano, assegurando gravação ininterrupta
- Recursos Avançados**: Tecnologia AllFrame e CMR, aprimorando a integridade e reprodução de vídeo

Pricing and Availability:

- Original price: R\$ 3.177,64
- R\$ 2.499,99** (15% discount)
- Payment options: PIX, 10x R\$ 294,11 (interest-free), 10x with 10% discount on card
- Stock status: Em estoque (In stock)
- Buttons: 'COMPRAR AGORA' (Buy Now) and 'ADICIONAR AO CARRINHO' (Add to Cart)
- Delivery information: 'CONSULTE FRETE' (Check shipping), input field for 'Inserir CEP*' (Insert ZIP code), and 'OK' button.

Fonte: <https://www.kabum.com.br/produto/497181/hd-wd-14tb-purple-pro-7200rpm-cache-256mb-3-5-sata-wd14purp?srsltid=AfmBOophlWRWvgLhS608m3rxCjXRvXILz5HKpy2V7EYRjCa1RgfwRTB1wDs>

c)

Novo | +100 vendidos

**Hd Wd Purple Pro Surveillance
14tb 3.5 - Wd142purp**

4.6 ★★★★☆ (15)

R\$ 2.449

21x R\$ 116⁶² sem juros com cartão Mercado Pago

Ver os meios de pagamento

Cor: Purple

O que você precisa saber sobre este produto

- Capacidade: 14 TB.
- Disco rígido de 3.5" ideal para sistemas de videovigilância.
- Interface SATA para alta velocidade de transferência de dados.
- Temperatura de armazenamento entre 40°C e 70°C para maior durabilidade.

Ver características

Opções de compra:

22 produtos novos a partir de R\$ 2.399

Melhor preço

R\$ 2.399

Vendido por MUNDOZERODEZ

Parcelamento sem juros

R\$ 2.449

21x R\$ 116⁶² sem juros com cartão Mercado Pago

FRETE GRÁTIS ACIMA DE R\$ 19

Receba grátis entre 17 e 18/out

Mais detalhes e formas de entrega

Retire grátis a partir de terça-feira 21 de outubro em uma agência Mercado Livre

Comprando dentro das próximas 7 h 54 min

Ver no mapa

Estoque disponível

Quantidade: 1 unidade (2 disponíveis)

Comprar agora

Adicionar ao carrinho

Vendido por MUNDOZERODEZ

Fonte: https://www.mercadolivre.com.br/hd-wd-purple-pro-surveillance-14tb-35-wd142purp/p/MLB31050790?has_official_store=false&highlight=false&headerTopBrand=false#polycard_client=search-nordic&search_layout=grid&position=1&type=product&tracking_id=4c32c16d-c229-4c60-9ffb-5d92fe59d4ed&wid=MLB3783764045&sid=search

d)

Novo | +100 vendidos

interno Western Digital WD Purple WD140PURZ 14TB púrpura

4.9 ★★★★☆ (12)

R\$ 3.487

21x R\$ 166⁰⁶ sem juros com cartão Mercado Pago

Ver os meios de pagamento

Até R\$ 5 de cashback nessa compra assinando o [meille+](#)

Assinar

Cor: Púrpura

O que você precisa saber sobre este produto

- Capacidade: 14 TB.
- Interface SATA III para transferências de dados rápidas com seu PC.
- Velocidade de rotação de 7200 rpm para

FRETE GRÁTIS ACIMA DE R\$ 19

Receba grátis entre sábado e domingo

Mais detalhes e formas de entrega

Retire grátis a partir de segunda-feira em uma agência Mercado Livre

Ver no mapa

Estoque disponível

Quantidade: 1 unidade (+5 disponíveis)

Comprar agora

Adicionar ao carrinho

Loja oficial Casa do Provedor +50mil vendas

Devolução grátis. Você tem 30 dias a partir da data de recebimento.

Compra Garantida, receba o produto que está esperando ou devolvemos o dinheiro.

Fonte: <https://www.mercadolivre.com.br/interno-western-digital-wd-purple-wd140purz-14tb-purpura/p/MLB17743228>

e)



A product listing for a Seagate IronWolf Pro 16TB NAS hard drive. The main image shows the drive's front panel, which is black with a red base and features the Seagate logo, 'IRONWOLF PRO', and 'NAS'.

Restam 38 un.

5 stars (10 reviews)

HD Seagate IronWolf Pro, NAS, 16TB, Cache 270MB, 7.200RPM, 3.5', SATA - ST16000NT001

Vendido e entregue por: **KaBuM!**

Sobre o Produto Resumo gerado por IA

- Especificações Técnicas:** Opera a 7200 RPM com taxa de transferência de até 270MB/s, garantindo alta performance
- Compatibilidade:** Interface SATA de 6.0 Gb/s para integração em diversos sistemas NAS
- Performance e Benchmarks:** MTBF de 2.500.000 horas e baixa taxa de erros, ideal para uso contínuo
- Recursos Avançados:** Resistência à vibração rotacional de 12,5 rad/s para maior durabilidade

[Ver mais](#)

R\$ 3.670,01
R\$ 2.699,99

À vista no PIX com 15% de desconto
R\$ 3.176,46 em até 10x de R\$ 317,64 sem juros
ou 1x com 10% de desconto no cartão

[Ver mais opções de pagamento e parcelamento](#)

Em estoque

COMPRAR AGORA **ADICIONAR AO CARRINHO**

CONSULTE FRETE

Inserir CEP* [Não lembro meu CEP](#)

f)



A product listing for a WD Elements Desktop Hard Drive. The main image shows the drive's front panel, which is black with a silver base and features the WD Elements logo.

5 stars (1 review)

HD Externo 14TB WD Elements Desktop Hard Drive, USB 3.0, Antichoque, Preto - WDBWLG0140HBK-NESN

Vendido e entregue por: **KaBuM!**

Sobre o Produto Resumo gerado por IA

- Especificações Técnicas:** Armazenamento de 14TB para vasta coleção de arquivos
- Compatibilidade:** Conexões USB 3.0 e 2.0 para uso universal em diversos sistemas Windows
- Performance e Benchmarks:** Optimize seu PC transferindo dados, ideal para liberar espaço e aumentar a velocidade
- Recursos Avançados:** Design compacto e proteção robusta para dados importantes

[Ver mais](#)

R\$ 2.050,01
R\$ 2.199,99

À vista no PIX com 15% de desconto
R\$ 2.588,22 em até 10x de R\$ 258,82 sem juros
ou 1x com 10% de desconto no cartão

[Ver mais opções de pagamento e parcelamento](#)

Em estoque

COMPRAR AGORA **ADICIONAR AO CARRINHO**

CONSULTE FRETE

Inserir CEP* [Não lembro meu CEP](#)

Fonte: https://www.kabum.com.br/produto/399156/hd-externo-14tb-wd-elements-desktop-hard-drive-usb-3-0-antichoque-preto-wdbwlg0140hbk-nesn?utm_id=22429436054&gad_source=1&gad_campaignid=22429436054&gbraid=0AAAAADx-HyGNA650R4-MFF9V3ZsmSiH0C&gclid=Cj0KCQjwl5jHBhDHARIIsAB0Yqjy0qwQGiBybG4MYv7HgUzsPlgYgJ7CoelTZE3olhNzyZd9wxZxTz54aAshqEALw wcB

II - Adaptador Sata para USB - Hd/Ssd 2.5 E 3.5 Polegadas

a)



Cabo Usb 3.0 Adaptador Leitor De Hd/Ssd 2.5 E 3.5 Polegadas Sata | Com Fonte 12v

Marca: WR

4,4 91 avaliações de clientes

[Escolha da Amazon](#)

R\$ 78⁹⁰

Em até 2x R\$ 39,45 sem juros [Ver parcelas disponíveis](#)



Pagamentos e Segurança



Política de devolução

Dispositivos compatíveis Disco Rígido, Unidade de Estado Sólido

Usos específicos Leitura e backup de dados em HDD/SSD do produto

Tipo de conector USB 2.0

Cor Preto

Marca WR

Sobre este item

- Leitura Fácil de HDD/SSD: Acessar rapidamente seus arquivos com este adaptador USB 3.0, que suporta HDD e SSD de 2.5 e 3.5 polegadas

Fonte: https://www.amazon.com.br/Cabo-Adaptador-Leitor-Polegadas-Fonte/dp/B08GC5MDYK/ref=asc_df_B08GC5MDYK?mcid=23be0e3fda8c32f7b0ba6bdb70a141d9&tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=709884378394&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=14953034660396760578&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&hvdvcmdl=&hvlocint=&hvlocphy=9198184&hvtargid=pla-1201930811967&psc=1&language=pt_BR&gad_source=1

b)



Novo | 1 vendido



Cabo Usb 3.0 Adaptador Leitor De Hd/ Ssd 2.5 E 3.5 Polegadas

R\$ 59⁹⁰

2x R\$ 29⁹⁵ sem juros

ou parcelado com linha de crédito

[Ver os meios de pagamento](#)

O que você precisa saber sobre este produto

- Quantidade de pinos: .
- Tipo de conector: Cabo Adaptador Usb 3.0 SATA Disco Rígido 2.5 E 3.5 HD E SSD Preto.
- Amperagem: .
- Meça em largura .

[Ver características](#)

Fonte: https://www.mercadolivre.com.br/cabo-usb-30-adaptador-leitor-de-hd-ssd-25-e-35-polegadas/up/MLBU3414345648?has_official_store=false&highlight=false&headerTopBrand=false#polycard_client=search-nordic&search_layout=grid&position=9&type=product&tracking_id=dcc63c51-452b-44b0-a6a7-1ecb848823c7&wid=MLB1295108610&sid=search

III - Case Para Ssd M.2

a)

The screenshot shows an Amazon product listing for a "Case Para Ssd M.2 2280 Pcie Nvme M-key Usb Tipo-c E Usb 3.1" by InfoKit. The product image displays a silver rectangular case with a red band and the "InfoKit" logo. A black USB cable with a Type-C connector is shown attached to the case. To the left, there are smaller images of the product and its packaging. The main title is "Case Para Ssd M.2 2280 Pcie Nvme M-key Usb Tipo-c E Usb 3.1". Below it, it says "Marca: InfoKit" and "4,4 ⭐⭐⭐⭐⭐ 94 avaliações de clientes". A button labeled "Escolha da Amazon" is present. The price is listed as "R\$ 69,99" with a note "Em até 2x R\$ 35,00 sem juros Ver parcelas disponíveis". Below the price, there are links for "Pagamentos e Segurança" and "Política de devolução". Technical specifications include: Marca (InfoKit), Interface de hardware (USB 3,1 Tipo A, USB 3,1 Tipo C), Características especiais (Compact), Velocidade de gravação (5 Gigabytes Per Second), and Tecnologia de conectividade (USB). A section titled "Sobre este item" lists: Acabamento premium, Velocidade de transmissão de dados: 300Mbps - 5Gbps, Medida do produto: 113*40*9.5mm, Comprimento do cabo de dados: 35CM, and Interface suportada: NVME-PCIE.

Fonte: <https://www.amazon.com.br/Case-Para-2280-M-key-Tipo-c/dp/B0CWY5XF29>

b)

Novo | +5mil vendidos 

MAIS VENDIDO 9º em Gavetas para HDs

Case Para Ssd Nvme M.2 2280 Pcie M-key Usb Tipo-c E Usb 3.1

4.8 ★★★★★ (185)

R\$ 63⁵⁰
3x R\$ 32²⁹ com Linha de Crédito
[Ver os meios de pagamento](#)

O que você precisa saber sobre este produto

- Material de alumínio durável.
- Velocidade de transmissão de até 10 GB/s.
- Cabo USB Incluso.
- Suporta apenas SSD NVME.
- Não compatível com SSD SATA ou NGFF.

[Ver características](#)

Opções de compra:

Fonte: https://www.mercadolivre.com.br/case-para-ssd-nvme-m2-2280-pcie-m-key-usb-tipo-c-e-usb-31/p/MLB29349887?pdp_filters=item_id%3AMLB4171881765&from=gshop&matt_tool=48995110&matt_internal_campaign_id=&matt_word=&matt_source=google&matt_campaign_id=22603531562&matt_ad_group_id=181244933895&matt_match_type=&matt_network=g&matt_device=c&matt_creative=758138322200&matt_keyword=&matt_ad_position=&matt_ad_type=pla&matt_merchant_id=735128761&matt_product_id=MLB29349887-product&matt_product_partition_id=2424443211326&matt_target_id=aud-1967156880386:pla-2424443211326&cq_src=google_ads&cq_cmp=22603531562&cq_net=g&cq_plt=gp&cq_med=pla&gad_source=1&gad_campaignid=22603531562&gbraid=0AAAAAAD93qcB5yLdt3oU95qwBPO-SUY4W4j&gclid=Cj0KCQjwl5jHBhDHARIsAB0YqjyuKze1eA-NXUYOjnhth2QxCFrqi8rhF2AZi1EkxhYiWnjApAjP6MsaAt4KEALw_wcB



Chave de Acesso	Número NF-e	Versão
29-2507-14.010.218/0001-31-55-001-000.002.249-160.000.603-3	2249	4.00

Dados da NFe

Natureza da operação	Tipo da operação	Chave de acesso	
VENDA	1 - Saída	29-2507-14010218000131-55-001-000002249-160000603-3	
Modelo	Série	Número	Data/Hora da emissão
55	1	2249	28/07/2025 12:46:00-03:00

Emitente

CNPJ	IE	Nome/Razão Social
14.010.218/0001-31	96830043	NETLIFE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA
Município	UF	
Salvador	BA	

Destinatário

CNPJ	IE	Nome/Razão Social
.*.628/0002-03	*****7097	PETR***
Município	UF	País
Quixada	CE	BRASIL

Produtos

Descrição	Quantidade	Unid. Com.	Valor Unit.	Valor Prod.
1 H...	2,0000	UN	2.934,01	5.868,02
			Valor total	5.868,02

Eventos e Serviços

Evento	Protocolo	Data autorização	Data Inclusão AN
Autorização de Uso	129250566717876	28/07/2025 às 12:59:32-03:00	28/07/2025 às 12:59:33
Digest Value			
U26JxtIVmU/lXrRwoOOqqojDry0=			



Comércio e Serviços de Informática Ltda

Av. Tancredo Neves nº 969 EDF. Metropolitan Center 10º andar
sala 1005 Bairro: Caminho das Arvores CEP 41.820-020 Salvador-BA
TEL. 71-3341-0926 e-mail:netlife.supri@hotmail.com
CNPJ. Nº 14.010.218/0001-31 Inc. Estadual nº 096.830.043

Ministério Público do Estado da Bahia Cotação de Preço



02 unidades de disco rígido SATA 3,5 com capacidade de 14TB MARCA: WD MODELO: WD142PURP

Valor Unitário R\$ 2.895,00 total R\$ 5.790,00

02 unidades de adaptador SATA para USB, **Adaptador Ssd Sata Usb 3.0 Hdd 2.5/3.5 Com Fonte Alimentação**

Valor Unitário R\$ 119,00 total R\$ 238,00

01 unidade de case externo para SSD M.2 NVMe/SATA USB, **Case Para Ssd Nvme M.2 2280 Pcie M-key Usb Tipo-c E Usb 3.1 MARCA: EXBOM**

Valor Unitário R\$ 129,00

TOTAL GERAL R\$ 6.157,00

Validade da Proposta. 30 dias

Prazo de entrega em Salvador 20 dias

Pagamento 15 dias

Salvador 29 de setembro de 2025

NETLIFE
Comércio e Serviços de
Informática Ltda.

14.010.218/0001-31
NETLIFE Comercio e Serviços
de Informática Ltda.
Av. Tancredo Neves, nº 969,
Edf. Metropolitan Center, 10º andar,
sala 1005 - Caminho das Árvores
CEP 41820-020
Salvador-BA



TABELA DE PREÇOS ORÇADOS

Declaro, para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços para futura contratação do(s) item(ns) abaixo listado(s), respeitados os ditames legais. Assim, afirmo que me responsabilizo pelo levantamento dos preços de acordo com a descrição de cada item.

ITEM	DESCRICA\u00e7ÃO RESUMIDA DO ITEM	QTDE	ORÇAMENTO 1 - FORNECEDOR VENCEDOR (MENOR PREÇO)			DEMAIS ORÇAMENTOS										
			FORNECEDOR	CNPJ ou CPF	VALOR TOTAL R\$	PREÇO 2	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	PREÇO 3	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	PREÇO 4	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	PREÇO 5	FORNECEDOR
1	DISCO RÍGIDO SATA 3,5 / 14TB	2	NETLIFE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	14.010.218/0001-31	5.790,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	ADAPTADOR SATA USB	2	NETLIFE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	14.010.218/0001-31	238,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	CASE EXTERNO SSD	1	NETLIFE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	14.010.218/0001-31	129,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1 - OBSERVAÇÕES SOBRE A DEFINIÇÃO DOS FORNECEDORES VENCEDORES:

- Metodologia Escolhida: menor preço em virtude de se tratar de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do inciso I ou II do art. 75 da lei 14.133/2021.
- Juntar ao processo SEI o(s) arquivo(s) dos orçamentos obtidos e cópia(s) das solicitações de orçamento rejeitadas / não respondidas.

2 - JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DOS FORNECEDORES PESQUISADOS (POR ITEM) – ART. 23, §1º, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021:

Os fornecedores pesquisados são empresas de referência no mercado local e fornecem exatamente os objetos que se pretende adquirir.

3 - JUSTIFICATIVA SE NÃO APRESENTAR O DE MÍNIMO 03 (TRÊS) ORÇAMENTOS PARA CADA ITEM:

Conforme se observa da pesquisa de mercado, **apenas 1 (uma) empresa apresentou orçamento**, enquanto as demais empresas não responderam aos e-mails enviados. Diante desse cenário, com objetivo de avaliar a razoabilidade do valor proposto pelo único fornecedor, foi realizada uma pesquisa de preços complementar. Essa análise incluiu consultas a sistemas de registros de preços de outros órgãos públicos^{*1}, levantamento em sites especializados da internet e verificação de nota fiscal referente à venda recente de objeto similar pela mesma empresa^{*2}.

^{*1} Não foram identificadas aquisições dos mesmos objetos após o ano de 2023, sendo a mais recente aquela registrada no item I, letra "a", da Pesquisa de Preços.

^{*2} Dos itens que se pretende adquirir, o único que o fornecedor comercializou recentemente foi o HD de 12TB.

4- DIVULGAÇÃO DE AVISO PRÉVIO DA CONTRATAÇÃO DIRETA (ART. 75, §3º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021) - MARCAR A OPÇÃO CABÍVEL:

A) NÃO SE APLICA (Não houve divulgação de aviso prévio, conforme justificativa constante do Termo de Referência);

B) Declaro, para os devidos fins, que as propostas de preços nºs xx, xx, xx foram coletadas após divulgação de aviso, tendo sido respeitado o prazo de xx** dias úteis;

C) Declaro que, respeitado o prazo de xx** dias úteis do aviso da contratação, não foram apresentadas propostas válidas.

5- DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO:

09/10/2012

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

Matrícula:	Nome do Servidor:
353.490	Mariana Nascimento Sotero Campos

Unidade Administrativa:

CSI

INSERIR ASSINATURA DIGITAL:

MARIANA
NASCIMENTO SOTERO
CAMPOS

Assinado de forma digital por
MARIANA NASCIMENTO SOTERO
CAMPOS

Dados: 2025.10.15 16:35:22 -03'00'



CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento, **LUIZ HENRIQUE CORREIA**, brasileiro, maior, solteiro, natural do Rio de Janeiro - RJ, nascido em [REDACTED]

[REDACTED] **VERENA PEREIRA DE CARVALHO,** [REDACTED]

condições do Novo Código Civil, consoante às cláusulas abaixo:

Cláusula Primeira : Denominação Social e Sede

A Sociedade girará sob a denominação social de **NETLIFE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.**, com sede e domicílio na Avenida Tancredo Neves, nº 969, Edifício Metropolitan Center, Sala 1005, Caminho das Árvores, CEP 41.820-020, Salvador-Bahia (art. 997, II, CC/2002).

Cláusula Segunda : Capital Social

O Capital Social será de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, divididos em 40.000 (quarenta mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (UM REAL) cada, totalmente subscritas e integralizadas no ato em moeda corrente do país, pelos sócios assim distribuído:

SÓCIOS	CAPITAL	QUOTAS	PERCENTUAL
LUIZ HENRIQUE CORREIA	R\$ 38.000,00	38.000	95%
VERENA P. DE CARVALHO	R\$ 2.000,00	2.000	5%
TOTAL:	R\$ 40.000,00	40.000	100%

Cláusula Terceira : Objeto Social

O objetivo da sociedade será o seguinte:

1 - Comércio de Produtos de informática em geral, computadores, notebooks, impressora, aparelho de fax, monitores, servidores, gabinete, cd-rom, cabos, estabilizadores, teclados, mouses, caixa de com, cartuchos e toner, para impressoras, HD, processadores, placa mãe, placa de vídeo, placas de expansão, memórias, fonte de alimentação, webcam, Gps, conectores em geral, mídia, modem ADSL, ponto de acesso, antenas, pen drives, programas para computadores, jogos e software em geral;

2 - Prestação de serviços de manutenção em computadores, notebooks e netbooks, montagem de redes sem fio e cabo, recarga de cartuchos;

3 - Comércio de materiais de escritório, papelaria, limpeza, higiene, descartável, móveis e equipamentos para escritório e escolas, material de construção, elétrico, hidráulico, ferramentas, uniformes, calçados, equipamentos individuais, trancas, madeira e derivados, tintas, vernizes, vidro, espelhos, sacos plástico, artefatos em plástico, aparelho telefônico, máquina fotográfica, filmadora, projetores, ar condicionado, celulares e eletrodomésticos.

I *[Assinatura]* *JH* *[Assinatura]*



Cláusula Quarta : Início de atividades e Prazo de duração

A sociedade iniciou suas atividades em 11/07/2011 e seu prazo de duração é indeterminado. (art. 997, II, CC/2002).

Cláusula Quinta : Cessão e Transferência de Quotas

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002)

Cláusula Sexta : Responsabilidade dos Sócios

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002).

Cláusula Sétima : Administração

A administração da sociedade caberá ao sócio **Luiz Henrique Correia** isoladamente com os poderes e atribuições de representar a sociedade perante Orgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais; Bancos; assinar contratos de empréstimos/financiamentos; firmar convênios e contratos de prestação de serviços; firmar contratos de comodato; e tudo mais que se relacione com a empresa autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (artigos 997, VI; 1.013, 1.015, 1064, CC/2002).

Cláusula Oitava : Término do Exercício Social

Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o(s) administrador(es) prestará(ao) contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002).

Cláusula Nona : Deliberação das Contas

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

Cláusula Décima : Filial e Outras Dependências

A sociedade poderá , a qualquer tempo , abrir filiais e outros estabelecimentos , no país ou fora dele , por ato de sua administração ou por deliberação dos sócios .

Cláusula Décima Primeira : Retirada " Pro-Labore "

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda : Dissolução da Sociedade

O falecimento, a interdição, a inabilitação, e qualquer outra situação que implique em dissolução da sociedade permitirão ao (s) sócio (s) remanescente (s) a admissão de um novo sócio para a continuidade da empresa , procedendo da seguinte forma :

a) O (s) sócio remanescente (s) promoverá (ão) um balanço, no prazo de 30 (trinta) dias da data da ocorrência , para apuração dos haveres da sociedade;

b) O (s) sócio (s) remanescente (s) e/ou sócio (s) admitido (s) pagará (ão), a quem de direito, de acordo com a lei , em moeda corrente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data do balanço , em parcelas mensais atualizadas monetariamente pelo índice que se aplicar ao caso , o valor do capital e lucros acumulados que couber ao sócio falecido , interditado ou inabilitado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002)

Cláusula Décima Terceira : Declaração de Desimpedimento

O Sócio-Administrador, já qualificado, declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

Cláusula Décima Quarta : Fórum

Fica eleito o fórum da cidade de Salvador, estado da Bahia, para qualquer ação fundada neste contrato.

E, estando os sócios justos e contratados, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito obrigando-se, desde já, a cumprir fielmente, em seus termos, as cláusulas acima, na presença de duas testemunhas.

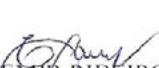
Salvador (Ba), 11 de Julho de 2011.

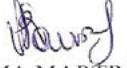
Assinaturas/Nomes dos Sócios:

Ass: 
Nome : LUIZ HENRIQUE CORREIA

Ass: 
Nome : VERENA PEREIRA DE CARVALHO

Assinaturas/Nomes das Testemunhas:


CLAUDEMIR RIBEIRO PIRES


VALMA MARTINS DOS SANTOS





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ:

14.010.218/0001-31

Razão Social:

NETLIFE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

Atividade Econômica Principal:

4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

Endereço:

AVENIDA TANCREDO NEVES, 969 - EDIF METROPOLITAN CENTER ANDAR 10 SALA 1005 - CAMINHO DAS ARVORES - 41.820-020 - Salvador / Bahia

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço <https://comprasnet.gov.br>.
Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.010.218/0001-31 DUNS®: 900955171
Razão Social: NETLIFE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
Nome Fantasia: NETLIFE INFORMATICA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 08/08/2026

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Empresa de Pequeno Porte
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 40.000,00 Data de Abertura da Empresa: 26/07/2011
CNAE Primário: 4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

CNAE Secundário 1: 4751-2/02 - RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE
CNAE Secundário 2: 4753-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE
CNAE Secundário 3: 4757-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E
CNAE Secundário 4: 4759-8/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO
CNAE Secundário 5: 4789-0/07 - COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA
CNAE Secundário 6: 9511-8/00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE

Dados para Contato

CEP: 41.820-020
Endereço: AVENIDA TANCREDO NEVES, 969 - EDIF METROPOLITAN CENTER
Município / UF: Salvador / Bahia
Telefone: (71) 86439946 Telefone: (71) 33410926
E-mail: NETLIFE@NETLIFEINFORMATICA.COM

Dados do Responsável Legal

CPF: [REDACTED]
Nome: LUIZ HENRIQUE CORREIA

Relatório de Credenciamento

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:

Nome:

E-mail:

[REDACTED]
LUIZ HENRIQUE CORREIA
netlife.supri@hotmail.com

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: [REDACTED] Participação Societária: 95,00%
Nome: LUIZ HENRIQUE CORREIA
Número do Documento: 0[REDACTED] Órgão Expedidor: [REDACTED]
Data de Expedição: [REDACTED] Data de [REDACTED]
Filiação Materna: [REDACTED]
Estado Civil: [REDACTED]

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: [REDACTED] CPF: [REDACTED]
Nome: [REDACTED]
Carteira de Identidade: [REDACTED] Órgão Expedidor: S[REDACTED]
Data de Expedição: [REDACTED]

CEP: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED]
Município / UF: [REDACTED]
Telefone:
E-mail: netlife.supri@hotmail.com

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: [REDACTED] Participação Societária: 5,00%
Nome: [REDACTED]
Número do Documento: [REDACTED] Órgão Expedidor: [REDACTED]
Data de Expedição: [REDACTED] Data de Nascimento: [REDACTED]
Filiação Materna: [REDACTED]
Estado Civil: [REDACTED]

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: [REDACTED] CPF: [REDACTED]
Nome: [REDACTED]
Carteira de Identidade: [REDACTED] Órgão Expedidor: [REDACTED]
Data de Expedição: [REDACTED]

CEP: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED]
Município / UF: [REDACTED]
Telefone:
E-mail: netlifeinformatica1@gmail.com

Linhas Fornecimento

Materiais

5895 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA COMUNICAÇÕES

5915 - FILTROS E REDES

5962 - MICROCIRCUITOS ELETRÔNICOS

Relatório de Credenciamento

Materiais

5963 - MÓDULOS ELETRÔNICOS

5999 - COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DIVERSOS

6032 - FONTES DE LUZ DE FIBRA ÓTICA E FOTODETETORES

6110 - EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO

6130 - CONVERSORES ELÉTRICOS ESTÁTICOS

6625 - INSTRUMENTO DE TESTE E DE MEDAÇÃO DE PROPRIEDADES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS

6720 - CÂMARAS FOTOGRÁFICAS

6760 - EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO E ACESSÓRIOS

7010 - COMPUTADORES

7020 - IMPRESSORAS

7021 - UNIDADES CENTRAIS DE PROCESSAMENTO DIGITAIS

7025 - UNIDADES DE ARMAZENAMENTO DE ENTRADA E SAÍDA DE DADOS

7035 - EQUIPAMENTOS SUPORTES DE PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS

7042 - DISPOSITIVOS PARA CONTROLE DE MINI E MICROCOMPUTADORES

7045 - ARTIGOS DIVERSOS PARA PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS

7050 - EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA

7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES

7080 - PEÇAS, ACESSÓRIOS E FERRAMENTAS PARA REDES DE TIC

7090 - SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA - TIC

7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO

7195 - MOBILIÁRIOS DIVERSOS E ACESSÓRIOS

7490 - MÁQUINAS DIVERSAS PARA ESCRITÓRIO

7510 - ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO

7730 - FONÓGRAFOS, RÁDIOS E TELEVISORES DE TIPO DOMÉSTICO

Serviços

1260 - Informática - Manutenção/Instalação Sistemas/Periféricos

2712 - Manutenção de Equipamentos de Comunicação de Dados

2739 - Instalação/Manutenção- Equipamento Eletrônico/Eletromecânico

3530 - Informática - Manutenção de Computadores

13668 - Estudos e Projetos de Instalação de Rede Local de Microcomputador

13676 - Instalação de Rede Local de Microcomputador

13684 - Estudos e Projetos de Instalação de Rede Comunicação / Local

13692 - Instalação e Montagem de Rede Local de Conectividade

21113 - Informática / Automação - Assistência Técnica / Manutenção /Reparo

21202 - Informática - Segurança Rede

21210 - Informática - Diagnóstico e Projeto Rede Dados



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.010.218/0001-31 DUNS®: 900955171
Razão Social: NETLIFE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
Nome Fantasia: NETLIFE INFORMATICA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 08/08/2026

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 15/03/2026
Código de Controle: 341E76E8186EB861

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 02/11/2025
Código de Controle: 2025100410441839652680

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 04/04/2026
Código de Controle: 596739002025



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.010.218/0001-31 DUNS®: 900955171
Razão Social: NETLIFE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
Nome Fantasia: NETLIFE INFORMATICA
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: 096.830.043
Inscrição Municipal: 392.992/001-94

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 05/12/2025
Código de Controle: 20255089292

Comprovante de Regularidade Municipal

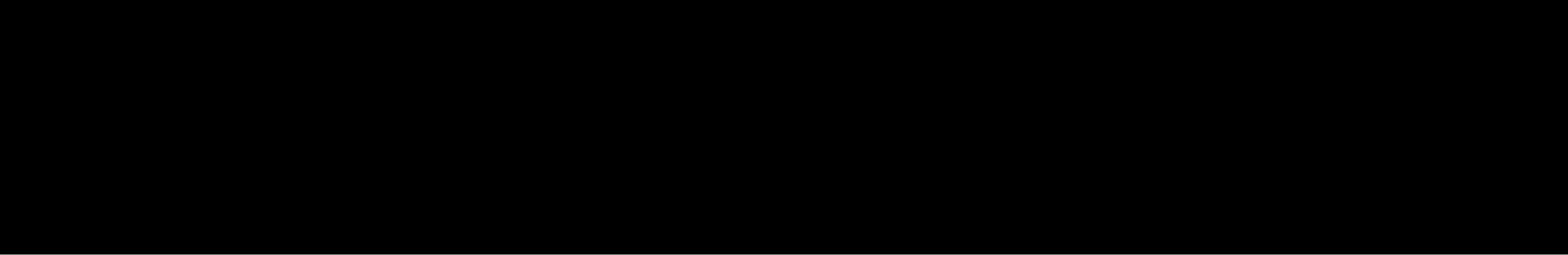
Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 14/12/2025
Código de Controle: 3018777



Consultas - Extrato de conta corrente

G3371609213140521
16/10/2025 09:25:03

Cliente - Conta atual

A large black rectangular redaction box covers the majority of the page below the header, starting just below the 'Cliente - Conta atual' text.



Comércio e Serviços de Informática Ltda

Av. Tancredo Neves nº 969 EDF. Metropolitan Center 10º andar
sala 1005 Bairro: Caminho das Arvores CEP 41.820-020 Salvador-BA
TEL. 71-3341-0926 e-mail:netlife.supri@hotmail.com
CNPJ. Nº 14.010.218/0001-31 Inc. Estadual nº 096.830.043

Ministério Público do Estado da Bahia

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

NETLIFE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA sediada à situada a Av. Tancredo Neves, nº 969, Caminho das Árvores, Salvador -BA, inscrita no CNPJ/CPF sob o número **14.010.218/0001-31**, declara, nos termos da Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação para compra de produtos, decorrente de Dispensa de Licitação, que não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da dispensa de licitação. Declara também estar ciente de que a referida vedação compreende o interregno entre a deflagração do procedimento de contratação e o período até 6 (seis) meses após a desincompatibilização do exercício dos respectivos cargos e funções, consoante Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP.

Salvador, 16 de outubro de 2025

NETLIFE
Comercio e Serviços de
Informática Ltda.

14.010.218/0001-31
NETLIFE Comercio e Serviços
de Informática Ltda.
Av. Tancredo Neves, nº 969,
Edf. Metropolitan Center, 10º andar,
sala 1005 - Caminho das Árvores
CEP: 41820-020
Salvador-BA

NETLIFE Comércio e Serviços de Informática
Luiz Henrique Correia
CPF [REDACTED]



Comércio e Serviços de Informática Ltda

Av. Tancredo Neves nº 969 EDF. Metropolitan Center 10º andar
sala 1005 Bairro: Caminho das Árvores CEP 41.820-020 Salvador-BA
TEL. 71-3341-0926 e-mail:netlife.supri@hotmail.com
CNPJ. Nº 14.010.218/0001-31 Inc. Estadual nº 096.830.043

Ministério Público do Estado da Bahia

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

NETLIFE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA sediada à situada a Av. Tancredo Neves, nº 969, Caminho das Árvores, Salvador - BA, inscrita no CNPJ/CPF sob o número **14.010.218/0001-31**, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) LUIZ HENRIQUE CORREIA, portador(a) da Carteira de Identidade nº [REDACTED] Órgão expedidor [REDACTED] e do C.P.F nº [REDACTED] DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo o maior de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz.

Salvador, 16 de outubro de 2025

NETLIFE
Comercio e Serviços de
Informática Ltda.

14.010.218/0001-31
NETLIFE Comercio e Serviços
de Informática Ltda.
Av. Tancredo Neves, nº 969,
Edf. Metropolitan Center, 10º andar,
sala 1005 - Caminho das Árvores
CEP: 41820-020
Salvador-BA

NETLIFE Comércio e Serviços de Informática
Luiz Henrique Correia
CPF [REDACTED]

MANIFESTAÇÃO - GESTOR ORÇAMENTÁRIO

AUTORIZO a realização da despesa, mediante contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO Não Eletrônica**

DECLARO, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

INFORMO, ademais, que o valor dispendido se encontra dentro do limite por ramo de atividade no exercício financeiro, em respeito aos ditames do art.75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme quadro a seguir.

Descrição do item	Código PDM/Código do serviço	Saldo disponível para uso (R\$)*	Valor previsto nesta dispensa (R\$)
Descrever o item objeto da contratação.	Inserir código PDM do item OU o código do serviço	Fazer a subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação e o valor já contratado. Neste sentido, esclareceremos conforme segue abaixo ("a" e "b")	Informar o valor previsto na contratação
DISCO RÍGIDO SATA 3,5 / 14TB	17653	R\$ 62.725,59	5790,00
ADAPTADOR SATA USB	15410	R\$ 62.725,59	238,00
CASE EXTERNO SSD	4170	R\$ 62.725,59	129,00

- a) Limite de valor:
 - Obras e serviços de engenharia: R\$ 125.451,15 (2025)
 - Outros serviços e compras: R\$ 62.725,59 (2025)

b) Valor contratado = Informação prestada na coluna "Código PDM / Código do Serviço".

INDICO os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	Gilberto Costa de Amorim Júnior	351.442
FISCAL ADMINISTRATIVO	Reinaldo Góes de Souza	352.498
SUPLENTE	Luciano Santos Correia	269886
FISCAL TÉCNICO	Reinaldo Góes de Souza	352.498
SUPLENTE	Luciano Santos Correia	269886

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 01 (um) dia útil.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome Completo: Gilberto Costa de Amorim Júnior	Matr\xedcula: 351.442
Unidade Administrativa: CSI	Cargo/Função: Promotor de Justiça Coordenador da CSI



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Costa de Amorim Junior** - Promotor de Justiça, em 16/10/2025, às 11:09, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério P\xfablico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1747263** e o código CRC **1B2B58DC**.



CONTRATAÇÃO - DECLARAÇÃO EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

DECLARO, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro vigente e subsequentes, conforme dados abaixo discriminados:

I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/GESTORA*	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA**
1	40101/0038	5211	9000	100	33.90.30

II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 6.157,00
(Seis mil, cento e cinquenta e sete reais)

2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE:

DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA *	SALDO DE DOTAÇÃO (R\$)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (R\$)	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ***
1	33.90.30	R\$ 6.400,00	R\$ 6.157,00	96,2%

3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

(X) A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário financeiro em qualquer dos exercícios orçamentários-financeiros seguintes.

() O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO(R\$)
	R\$
	R\$

4) ORIGEM DO RECURSO:

(X) Recursos Próprios Orçamento próprio do MPBA.

() Recursos Oriundos de Convênio Estadual.

() Recursos Oriundos de Convênio Federal.

* É possível assinalar mais de uma opção.

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Matrícula: 352218	Nome Completo: CAROLINE SANTANA SILVA	Cargo/Função: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ASSISTENTE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL II
Unidade Administrativa: CSI		



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** - Assistente Técnico Administrativa, em 16/10/2025, às 09:42, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1747245** e o código CRC **DF750C1F**.

19.09.45607.0031704/2025-06

1747245v1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br

MANIFESTAÇÃO

Eu, Reinaldo Góes de Souza, matrícula 352.498, estou ciente da designação para a atribuição de Fiscal Administrativo, conforme indicado no documento "Manifestação - Gestor Orçamentário".



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Goes de Souza** - Assistente de Segurança Institucional III, em 16/10/2025, às 11:07, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1747273** e o código CRC **9951EF23**.

MANIFESTAÇÃO

Eu, Luciano Santos Correia, matrícula 269886, estou ciente da designação para a atribuição de Suplente de Fiscal Administrativo, conforme indicado no documento "Manifestação - Gestor Orçamentário".



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Santos Correia** - Capitão (Poder Executivo), em 16/10/2025, às 13:26, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1747274** e o código CRC **E6B565A0**.

DESPACHO

De ordem do Coordenador da CSI, encaminhe-se o presente à Superintendência de Gestão Administrativa, para deliberação quanto às solicitações de autorização para inclusão da contratação no PCA e realização de dispensa não-eletrônica, bem como demais providências necessárias à tramitação.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** - Assistente Técnico Administrativa, em 16/10/2025, às 10:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1747899** e o código CRC **25FAB4E6**.

DESPACHO

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios,

Em atenção à solicitação de contratação da Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência, referente à contratação por dispensa de licitação na modalidade não eletrônica para aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case), e considerando os fundamentos apresentados no documento SEI nº 1747899, **autorizo**, excepcionalmente, a realização da contratação por meio de **dispensa de licitação não eletrônica**, bem como a **inclusão da despesa no Plano de Contratações Anual – PCA**.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente expediente para análise técnica, com posterior retorno para deliberação final.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant'Ana Ribeiro** - Superintendente, em 20/10/2025, às 11:01, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1750299** e o código CRC **559335EF**.

DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação não eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº 292/2025, encaminhado pela **Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI**, para **aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case)**, conforme informações contidas no Documento de Formalização da Demanda e no Termo de Referência SEM pedido de publicação de aviso de interesse em contratar por dispensa de licitação.

Retornamos o presente expediente à **Unidade Demandante** informando que, após análise da instrução do processo em epígrafe, identificamos o que segue:

Na instrução do procedimento:

01. Considerando a solicitação advinda da Superintendência de Gestão Administrativa, solicitamos acostar ao expediente o documento obtido junto ao Fiplan denominado "**Plan 60**", visando a demonstração de compatibilidade com as informações prestadas na declaração do Executor Orçamentário (doc 1747245).
02. A manifestação do servidor Reinaldo Goes de Souza (doc 1747273) não indica ciência acerca das atribuições de fiscal técnico, conforme indicado na manifestação do gestor (doc 1747263);
03. A manifestação do servidor Luciano Santos Correia (doc 1747274) não indica ciência acerca das atribuições de suplente de fiscal técnico, conforme indicado na manifestação do gestor (doc 1747263);
04. Ausência do documento do documento "**Memória de cálculo - Saldo disponível para uso.ods**", conforme consta na base de conhecimento item 9.2 do processo correlato. Sugere-se utilizar modelo de documento disponível em "Anexos", a unidade salva e inclui como manifestação no processo SEI.

O documento deve ser assinado eletronicamente pelo servidor responsável pela execução orçamentária. Esclarecemos ainda, que o valor a ser informado é igual a subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação (**R\$ 62.725,59**) e o valor já contratado onde, apenas devem ser contabilizadas as contratações que cumulativamente :

- a) já tenham sido autorizadas pela Superintendência de Gestão Administrativa;
- b) que tenham gerado impacto orçamentário no corrente ano;
- c) e que possuam o mesmo código de serviço ou código PDM.

Esclarecemos ainda, que a memória de cálculo, serve de base para a prestação da informação contida na coluna "**Saldo disponível para uso**" contida na "**Manifestação - Gestor Orçamentário**". Neste sentido, a juntada da tabela visa demonstrar quanto do limite (**62.725,59**) a unidade gestora ainda possui disponível (levando em considerando todas as contratações autorizadas anteriormente à instrução da contratação que esteja realizando).

Assim, caso não existam valores executados ou a serem executados neste ano, oriundos de contratações de mesmo ramo de atividade, o valor final a constar na planilha se manterá dentro do limite máximo (sem abatimento), e neste caso, alternativamente a unidade também poderá juntar (em substituição a memória de cálculo) uma manifestação do executor orçamentário informando que" não foi contratado outra prestação de serviço com o mesmo "código de serviço PDM" que tenha gerado impacto orçamentário no corrente ano", *por exemplo*.

No documento 1747185 relativo ao "Termo de Referência":

05. No item 3.2.4 relativo ao “Local(is) de entrega”: solicitamos informar os CEPs dos endereços indicados, considerando que, quando da publicação no PNCP, tal informação é imprescindível para registro do local de entrega/execução.
- 06 No item 3.9.3 relativo ao “Prazo para substituição de bem(ns) rejeitado(s)”: Solicitamos assinalar a alternativa “B.2”, haja vista que foram preenchidas informações do referido subitem;
07. No item 3.14.2 relativo à “Definição da vigência da contratação”: Solicitamos assinalar a alternativa “A.2”, haja vista que foram preenchidas informações na referida opção;

Na Tabela de Preços Orçados (doc. 1747033) e pesquisa de preços (docs 1740846 e 1743552)

08. Relativamente ao item I: foi anexada apenas a referência com base em contratação semelhante, conforme publicação no PNCP, bem assim a proposta da empresa selecionada. Solicita-se a complementação da pesquisa de modo que sejam apresentados ao menos 3 preços referenciais para cada item;
 09. Relativamente aos itens II e III: foram anexados aos autos além da proposta da empresa selecionada, pesquisa de internet, com valores bem abaixo do valor da proposta da empresa selecionada, sem qualquer manifestação ou motivação pela unidade responsável.
- Registra-se, neste tocante, que a pesquisa de preços apresentada não nos parece atender aos ditames do artigo 23 da Lei 14.133/2021, o qual em seu inciso III menciona "sites especializados".
- Deste modo, e em consonância com recente posicionamento da Controladoria Interna, solicita-se a complementação da pesquisa de preços, de

modo a dar cumprimento ao quanto disposto no referido artigo, com a consequente adequação da tabela de preços.

Registra-se, ainda neste sentido, que não foi possível identificar o item a que se refere a nota fiscal doc 1743552, haja vista que a mesma não contempla a descrição do produto.

Na documentação da empresa a ser contratada:

10. Ausência do "Cartão CNPJ";

Observamos, ainda, as seguintes **melhorias** a serem adotadas para as próximas solicitações:

- Recomendamos a adoção da **divulgação de aviso no Portal deste Ministério Público** do Estado da Bahia, conforme estabelece o art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021. Assim sendo, sugerimos que a instrução do processo seja realizada com antecedência de modo a englobar a referida publicação de aviso
§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo **serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa. (grifo nosso)
- O documento de identificação do representante legal da empresa data de mais de 10 (dez) anos de expedição. Recomenda-se, para procedimentos futuros, a utilização de documentos com no máximo 10 (dez) anos de expedido;;
- A **proposta** 1740816 não está de acordo com o modelo sugerido por este Ministério Público. Solicitamos que, para fins de uniformização, dos atos processuais sejam adotados os modelos propostos. Esclarecemos que tal recomendação decorre do fato de que as propostas devem guardar semelhança formal entre si, de modo que seja possível analisar comparativamente as mesmas. Ademais, ante a tendência a adoção de procedimentos eletrônicos para seleção de fornecedores também nas contratações diretas, haverá exigência, nesta hipótese, de apresentação de proposta conforme modelo especificamente definido pela administração à semelhança do que ocorre nos pregões.
- Nos **e-mails solicitando cotação com os fornecedores**, não consta indicação de prazo de resposta. Deste modo, sugere-se que nas próximas solicitações, façam constar prazo para resposta do fornecedor

Registrarmos, oportunamente, que é de suma importância acessar os documentos de instrução do processo via Base de Conhecimento do SEI, haja vista que os mesmos vem sofrendo atualizações face à novos entendimentos dos órgãos de assessoramento e controle, além da identificação de melhorias para o fluxo processual.

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorno a esta Unidade.

Paula Souza de Paula Marques

Assistente de Gestão III

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 22/10/2025, às 19:11, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1754629** e o código CRC **499654E5**.



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Exercício igual a 2025

Código da Unidade Orçamentária igual a 40101

Código da Unidade Gestora igual a 0038

Anexo Plan 60 (1757264)

SEI 19.09.45607.0031704/2025-06 / pg. 62

Exercício:	2025
Esfera:	F - Fiscal
Órgão:	40 - Ministério Público - MPE
Unidade Orçamentária:	40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência
Unidade Gestora:	0038 - Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público do Estado da Bahia
Função:	03 - Essencial à Justiça
Subfunção:	091 - Defesa da Ordem Jurídica
Programa de Governo:	464 - Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania
PAOE:	5211 - Implementação da Atividade de Inteligência e Segurança Institucional do Ministério Público (AP)
Região:	9900 - Estado
Objetivo do PAOE:	Implementar e elaborar projetos de execução, com vistas à melhoria e centralização do fluxo de gestão de dados ou informações, bem como buscar soluções tecnológicas da área de inteligência e segurança institucional do MP/BÁ, objetivando maximizar a eficiência na produção e difusão do conhecimento na área de inteligência
Produto:	2555 - Atividade de segurança institucional implementada
Quantidade Prevista:	60,00 unidade
Quantidade Atual:	60,00 unidade

Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
3.3.90.14.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	100.000,00	90.780,00	0,00	0,00	25.425,00	25.425,00	25.425,00	25.425,00	8.795,00
3.3.90.15.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	85.000,00	0,00	0,00	85.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	142.916,00	142.916,00	142.916,00	141.098,00	42.084,00
3.3.90.30.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	6.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.400,00
3.3.90.33.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	22.500,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00	52.500,00	27.617,65	27.617,65	0,00
3.3.90.36.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00
3.3.90.39.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	51.000,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00	20.330,00	0,00	0,00	30.670,00	30.670,00	30.670,00	30.670,00	0,00
3.3.90.40.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00	8.553,20	0,00	0,00	0,00	34.553,20	34.553,20	23.152,40	23.152,40	0,00
3.3.90.47.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	0,00



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
4.4.90.40.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	719.000,00	0,00	0,00	719.000,00	1.904.233,00	1.515.515,80	0,00	0,00	137.800,00	137.800,00	137.800,00	137.800,00	969.917,20
4.4.90.52.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	618.761,80	113.107,00	0,00	0,00	265.329,20	265.329,20	265.329,20	265.329,20	244.325,60
Região	Total do Tesouro		940.000,00	0,00	0,00	940.000,00	2.767.648,00	1.739.732,80	0,00	0,00	696.393,40	696.393,40	660.110,25	658.292,25	1.271.521,80
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Região		940.000,00	0,00	0,00	940.000,00	2.767.648,00	1.739.732,80	0,00	0,00	696.393,40	696.393,40	660.110,25	658.292,25	1.271.521,80
PAOE	Total do Tesouro		940.000,00	0,00	0,00	940.000,00	2.767.648,00	1.739.732,80	0,00	0,00	696.393,40	696.393,40	660.110,25	658.292,25	1.271.521,80
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal PAOE		940.000,00	0,00	0,00	940.000,00	2.767.648,00	1.739.732,80	0,00	0,00	696.393,40	696.393,40	660.110,25	658.292,25	1.271.521,80
Programa	Total do Tesouro		940.000,00	0,00	0,00	940.000,00	2.767.648,00	1.739.732,80	0,00	0,00	696.393,40	696.393,40	660.110,25	658.292,25	1.271.521,80
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Programa		940.000,00	0,00	0,00	940.000,00	2.767.648,00	1.739.732,80	0,00	0,00	696.393,40	696.393,40	660.110,25	658.292,25	1.271.521,80
UO	Total do Tesouro		940.000,00	0,00	0,00	940.000,00	2.767.648,00	1.739.732,80	0,00	0,00	696.393,40	696.393,40	660.110,25	658.292,25	1.271.521,80
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal UO		940.000,00	0,00	0,00	940.000,00	2.767.648,00	1.739.732,80	0,00	0,00	696.393,40	696.393,40	660.110,25	658.292,25	1.271.521,80
Orgão	Total do Tesouro		940.000,00	0,00	0,00	940.000,00	2.767.648,00	1.739.732,80	0,00	0,00	696.393,40	696.393,40	660.110,25	658.292,25	1.271.521,80
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Órgão		940.000,00	0,00	0,00	940.000,00	2.767.648,00	1.739.732,80	0,00	0,00	696.393,40	696.393,40	660.110,25	658.292,25	1.271.521,80
Geral	Total do Tesouro		940.000,00	0,00	0,00	940.000,00	2.767.648,00	1.739.732,80	0,00	0,00	696.393,40	696.393,40	660.110,25	658.292,25	1.271.521,80
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral		940.000,00	0,00	0,00	940.000,00	2.767.648,00	1.739.732,80	0,00	0,00	696.393,40	696.393,40	660.110,25	658.292,25	1.271.521,80

MANIFESTAÇÃO

Eu, Reinaldo Góes de Souza, matrícula 352.498, estou ciente da designação para as atribuições de Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico, conforme indicado no documento "Manifestação - Gestor Orçamentário".



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Goes de Souza** - Assistente de Segurança Institucional III, em 24/10/2025, às 15:57, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1757199** e o código CRC **CB38ACF8**.

MANIFESTAÇÃO

Eu, Luciano Santos Correia, matrícula 269886, estou ciente da designação para as atribuições de Suplente de Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico, conforme indicado no documento "Manifestação - Gestor Orçamentário".



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Santos Correia** - Capitão (Poder Executivo), em 29/10/2025, às 10:40, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1757238** e o código CRC **E5CC6F6B**.

MANIFESTAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que não foi contratado outro serviço com o mesmo código de serviço PDM que tenha gerado impacto orçamentário no corrente ano.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Nascimento Sotero Campos** - Assistente Técnico Administrativa, em 23/10/2025, às 13:53, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1757477** e o código CRC **8DB816D9**.



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “a” da Lei Federal nº 14.133/2021)

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

Aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case), conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

Declara-se, para os devidos fins, que o objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Ato Normativo nº 004/2024.

1.2 INDICAÇÃO DE MARCA E/OU MODELO ESPECÍFICOS DE DETERMINADO FABRICANTE

(X) A - NÃO SE APLICA.

() B - SIM. INDICAR OS ITENS:

() C - MARCA/MODELO REFERÊNCIA.

1.3 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO DEFINIDO

A quantidade de acessórios indicada é necessária para atender as demandas relacionadas à duplicação e guarda transitória de dados na unidade acima identificada. Esses acessórios foram dimensionados considerando o fluxo operacional atual, garantindo o funcionamento contínuo dos equipamentos, a segurança das informações e a adequação ao ambiente técnico.

1.4 FORMA DE FORNECIMENTO

(X) A - FORNECIMENTO IMEDIATO.

() B - FORNECIMENTO PARCELADO.

() C - FORNECIMENTO CONTINUADO. Inserir Justificativa:

() D - CONFORME DEMANDA. Informar:

1.5 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade suprir a necessidade institucional de aquisição de acessórios destinados à copiagem e duplicação forense de mídias digitais, atividade essencial no contexto das investigações. Ressalta-se que, devido à ausência de espaço suficiente na rede institucional para armazenamento, resultado do crescimento de demandas de extração e processamento de dados, faz-se necessário utilizar repositórios de dados em HDs. Tal medida busca assegurar a integridade, a preservação e a confiabilidade dos dados extraídos, em conformidade com os requisitos legais e técnicos aplicáveis.



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

1.6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Cuida-se de aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case), visando suprir a demanda por repositórios de dados extraídos no âmbito das investigações, garantindo sua preservação e confiabilidade. Diante do crescimento contínuo na utilização dos sistemas desenvolvidos por esta unidade, que atendem áreas sensíveis e estratégicas da Instituição, torna-se imprescindível a contratação imediata destes acessórios.

A atual insuficiência de espaço para armazenamento compromete a continuidade dos serviços prestados, podendo impactar diretamente o funcionamento de outras unidades. A solução proposta atende às necessidades da administração, revelando-se a alternativa mais eficaz para ampliar, em curto prazo, a capacidade de armazenamento de dados na rede institucional.

2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1.1 BASE LEGAL:

A seleção do fornecedor será por Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço praticado, a partir de pesquisa de preços realizada no mercado local, consultas a sistemas de registros de preços de outros órgãos públicos, levantamento em sites especializados da internet e verificação de nota fiscal referente à venda recente de objeto similar pela mesma empresa.

2.1.2 DIVULGAÇÃO DE AVISO PARA COTAÇÃO NO PORTAL MPBA:

A - NÃO, CONFORME A SEGUINTE JUSTIFICATIVA: Não se recomenda a adoção do procedimento previsto no art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021 (divulgação de aviso pelo prazo mínimo de 3 dias úteis) em razão de medidas aplicáveis de contrainteligência, de modo a resguardar o sigilo, no que for possível, sobre as pretensões de aquisições e serviços relativos às áreas de inteligência e segurança institucional. Ademais, foi realizada a pesquisa de preços, na forma mais ampla possível, com fornecedores reconhecidos no ramo de atividade e que apresentaram os respectivos orçamentos.

B - SIM, CONFORME REGRAS ABAIXO:

- E-mail para encaminhamento de propostas*:
- Telefone para contato*:
- Prazo para envio das propostas por e-mail: xx (xxxx) dias úteis.

2.2 HABILITAÇÃO

2.2.1 JURÍDICA:

A - DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ, Contrato social e alterações, se houver, e ato constitutivo);



TERMO DE REFER\u00c8NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7\u00e3O DE VALOR - N\u00e3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3OES

() B - DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA F\u00d3SICA (Documento oficial de identifica\u00e7\u00e3o pessoal e cart\u00e3o CPF, caso esta numera\u00e7\u00e3o n\u00e3o conste no primeiro)

2.2.2 FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:

A - Certid\u00e3o Negativa de D\u00e9bitos junto \u00e0 Receita Federal e INSS;

B - Certid\u00e3o de Regularidade Fiscal para com a Fazenda P\u00ublica do Estado da Bahia;

B.1 - Certid\u00e3o de Regularidade Fiscal com a Fazenda P\u00ublica do Estado sede da empresa ou do domic\u00edlio da pessoa f\u00f3sica – caso n\u00e3o seja Bahia;

C - Certid\u00e3o de Regularidade com a Fazenda P\u00ublica Municipal do m\u00ednicipio-sede do fornecedor selecionado;

D - Certid\u00e3o Negativa de D\u00e9bitos Trabalhistas (se pessoa jur\u00eddica);

E - Certid\u00e3o de Regularidade do FGTS (se pessoa jur\u00eddica).

2.2.3 T\u00c9CNICA:

(X) A - N\u00e3O SER\u00c1 EXIGIDA.

() B - SER\u00c1 EXIGIDA QUALIFICA\u00c7\u00e3O T\u00c9CNICA.

2.2.4 ECON\u00d3MICO-FINANCEIRA:

(X) A - NAO SER\u00c1 EXIGIDA QUALIFICA\u00c7\u00e3O ECON\u00d3MICO-FINANCEIRA.

() B - CERTID\u00E3O NEGATIVA DE FAL\u00c9NCIA.

() C - BALAN\u00c7O PATRIMONIAL E DEMONSTRA\u00c7\u00e3OES CONT\u00e1BEIS DO \u00c9XERC\u00c3CIO SOCIAL, COM INDICA\u00c7\u00e3O DE \u00c9NDICES. ESPECIFICAR:

➤ JUSTIFICAR OP\u00c3O “C”:

➤ \u00c9NDICES CONT\u00e1BEIS APLIC\u00c1VEIS:

() 1. Liquidez Corrente (ILC), que dever\u00e1 ser:

() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:

() 2. Liquidez Geral (LG), que dever\u00e1 ser:

() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:

() 3. Solv\u00eancia Geral (SG), que dever\u00e1 ser:

() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:

() 4. Outro. Indicar:

() D - DEMONSTRA\u00c7\u00e3O DE PATRIM\u00d4NIO L\u00edQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a _____ % do valor da licita\u00e7\u00e3o (limite legal: 10%);

➤ JUSTIFICAR OP\u00c3O “D”:

3. REQUISITOS DA CONTRATA\u00c7\u00e3O



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

3.1 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

3.1.1 O fornecedor deverá retirar a nota de empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.

3.1.2 O prestador poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por motivo justo e aceito pela Administração.

3.2 FORMA DE EXECUÇÃO

3.2.1 PRAZO DE ENTREGA: 20 (vinte) dias corridos.

3.2.2 PRAZO CONTADO A PARTIR DE:

(X) A - RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL).

() B - OUTRO – Informar:

3.2.3 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA:

() A - NÃO.

(X) B - SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pela Instituição.

3.2.4 LOCAL (IS) DE ENTREGA: Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério P?blico do Estado da Bahia (CSI/MPBA), localizada à Avenida Joana Angélica, 1312, 1º andar, Nazaré, Salvador/BA, CEP: 40.050-001.

3.2.5 DIAS E HORÁRIOS PARA ENTREGA: De segunda à sexta-feira das 8:00 às 17:00.

3.2.6 NECESSIDADE DE AGENDAMENTO:

() NÃO

(X) SIM

3.2.7 SETOR RESPONSÁVEL POR AGENDAR A ENTREGA (SE FOR O CASO) E/OU RECEPCIONAR OS BENS:
Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério P?blico do Estado da Bahia (CSI/MPBA)

3.2.8 TELEFONE E E-MAIL PARA CONTATO: (71) 3103-6556 e csi@mpba.mp.br

3.2.9 REGRAS E/OU TIPOS DE EMBALAGEM DO(S) BEM(NS):

() A - NÃO SE APLICA.

(X) B - APLICA-SE, CONFORME DESCrito ABAIXO:



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

Os bens deverão ser entregues armazenados em embalagens adequadas às características dos produtos, de modo a garantir o seu recebimento em perfeito estado de conservação.

3.2.10 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

A - NÃO SE APLICA.

B - APLICA-SE, CONFORME DESCrito ABAIXO:

3.3 REGRAS SOBRE MONTAGEM:

A - BENS ENTREGUES MONTADOS OU SEM NECESSIDADE DE MONTAGEM.

B - BENS ENTREGUES DESMONTADOS.

C - BENS ENTREGUES DESMONTADOS, MAS COM MONTAGEM A CARGO DO FORNECEDOR .

CONDICÕES:

C.1 - PRAZO PARA MONTAGEM:

I - ____ horas, contadas a partir da solicitação pelo MPBA.

II - ____ dias, contados a partir da solicitação pelo MPBA.

III - Mediante agendamento - Regras:

Unidade Responsável:

Telefone e e-mail para contato: () _____ e _____@mpba.mpp.br.

C.2 - DIAS E HORÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA MONTAGEM:

C.3 - LOCAL PARA MONTAGEM:

I - Sede específica do MPBA em Salvador:

II - Qualquer sede do MPBA na cidade de Salvador ou respectiva Região Metropolitana:

III – Outra. Indicar:

3.4 REGRAS PARA INSTALAÇÃO

A - BENS ENTREGUES SEM NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO.

B - BENS ENTREGUES COM INSTALAÇÃO A CARGO DO FORNECEDOR.

CONDICÕES:

B.1 - PRAZO PARA INSTALAÇÃO:



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

() I - _____ horas, contadas a partir da solicitação pelo MPBA.

() II - _____ dias, contados a partir da solicitação pelo MPBA.

() III - Mediante agendamento - Regras:

- Unidade Responsável:
- Telefone e e-mail para contato: () _____ e _____@mpba.mpp.br.

B.2 - DIAS E HORÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA MONTAGEM:

B.3 - LOCAL PARA INSTALAÇÃO:

() I - Sede específica do MPBA em Salvador:

() II - Qualquer sede do MPBA na cidade de Salvador ou respectiva Região Metropolitana:

() III – Outra – Indicar:

3.5 PRAZO DE VALIDADE PARA BENS PERECÍVEIS:

(X) A - NÃO SE APLICA (OBJETO NÃO ABRANGE BENS PERECÍVEIS).

() B - BENS DEVERÃO SER ENTREGUES DENTRO DA VALIDADE PREVISTA NA EMBALAGEM, SEM EXIGÊNCIA DE DECURSO MÁXIMO ESPECÍFICO.

() C - BENS DEVERÃO SER ENTREGUES DENTRO DA VALIDADE PREVISTA NA EMBALAGEM, RESPEITANDO OS SEGUINTE(S) DECURSO(S) MÁXIMO(S) DE PRAZO:

ITEM / LOTE	PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE	DECURSO MÁXIMO DO PRAZO DE VALIDADE (na data de entrega)

3.6 REGRAS DE GARANTIA

3.6.1 REGRAS GERAIS:

() A - NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APPLICÁVEL AO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA.

(X) B - GARANTIA LEGAL PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

() C - GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS:



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

() D - HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA)

- JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:
- INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – *Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I:*
 - GARANTIA LEGAL:
 - GARANTIA CONTRATADA:

() E - DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO).

3.6.2 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA:

3.6.2.1 EXECUTOR DA GARANTIA:

- () A - CONTRATADO (REGRA GERAL).
- () B - FABRICANTE (EXCEÇÃO).

- Justificar a exigência de garantia do fabricante:

3.6.2.2 DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos bens:

- () A - _____ DIAS.
- () B - _____ MESES.
- () C - GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (FORNECIMENTOS CONTINUADOS)

- Justificar prazo de duração definido:

3.6.2.3 PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA:

- () A - _____ HORAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos
- () B - _____ DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos
- () C - OUTRO(S). Indicar:

3.6.2.4 FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO:

- () A - Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador.
- () B - Assistência sediada no município:
- () C - Assistência sediada em local a critério da Contratada.



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

() D - *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (EXCEÇÃO). Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;
- Justificativa para a garantia *on site*:

() E - Outra. Especificar:

3.6.2.5 DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA:

(X) A - NÃO SE APLICA.

() B - APLICA-SE, CONFORME DESCrito ABAIXO:

3.7 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

(X) A - VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO.

() B - ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS.

➤ Indicar parcela(s) subcontratável (eis):

➤ Indicar regras/condições para subcontratação:

3.8 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

3.8.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.8.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

3.8.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução da contratação, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

3.8.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega/execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

3.8.1.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

3.8.1.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos fornecimentos já efetuados;



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

3.8.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;

3.8.1.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

3.8.1.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual/BA nº 14.634/2023; art. 12, §2º e Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

3.8.1.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

3.8.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste instrumento.

3.8.1.4 O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar a devolução de bens que não estejam sendo ou não tenham sido fornecidos de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

3.8.1.4.1 Qualquer bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído pela CONTRATADA, às suas expensas;

3.8.1.4.2 A não aceitação de algum bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

3.8.1.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente instrumento.

3.8.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

3.8.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO:

A - NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.8.1

B - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:

3.8.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

3.8.3.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.8.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

3.8.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

- 3.8.3.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 3.8.3.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;
- 3.8.3.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 3.8.3.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 3.8.3.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 3.8.3.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 3.8.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 3.8.3.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 3.8.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.8.3.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- 3.8.3.3.1 Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 3.8.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.8.3.2.2, a 3.8.3.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);
- 3.8.3.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.8.3.2.5 a 3.8.3.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.8.3.2.2 a 3.8.3.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

3.8.4 DAS MULTAS:

(X) A - APICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:

- 3.8.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 3.8.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:
 - 3.8.4.2.1 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 3.8.4.2.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

3.8.4.2.3 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.8.4.2.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.8.4.2.5 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.8.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações baixo descritas;

3.8.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.8.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.8.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

3.8.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.8.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.8.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

() B - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS:

3.8.4.1 Moratória de xxx% (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

3.8.4.2 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.8.4.2.1 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.8.4.2.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.8.4.2.3 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.8.4.2.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.8.4.2.5 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.8.4.3 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações baixo descritas;

3.8.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.8.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.8.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato;

3.8.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

3.8.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.8.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.9 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)

3.9.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 5 dias corridos (regra geral), contados:

(X) A - DA ENTREGA DOS BENS.

() B - OUTRO(S). Indicar:

3.9.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.

3.9.3 PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE BENS(S) REJEITADO(S):

() A - NÃO SE APLICA.

(X) B - PRAZO:

() B.1 - ____ HORAS. Contagem: – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos
(X) B.2 - 5 DIAS. Contagem: – Escolher uma opção: () Úteis (X) Corridos

() B.3 - OUTRO(S). Indicar:

3.9.4 DEMAIS REGAMENTOS:

3.9.4.1 O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

3.9.4.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, no prazo indicado no item 3.9.3 - B, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

3.9.4.3 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 3.9.2;

3.9.4.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.



TERMO DE REFER\u00c8NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7\u00e3O DE VALOR - N\u00e3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3OES

3.10 DOS PRE\u00c7OS

3.10.1 ABRANG\u00c9NCIA:

(X) A - OS PRE\u00c7OS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESS\u00c1RIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATA\u00c7\u00e3O.

- Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.
- Demais regramentos (se houver):

() B - ITENS OU CUSTOS N\u00a3O INCLUSOS NOS PRE\u00c7OS PACTUADOS:

3.10.2 CRIT\u00c9RIOS PARA DEFINI\u00c7\u00e3O DOS PRE\u00c7OS:

(X) A - VALOR UNIT\u00c1RIO POR BEM:

() B - OUTRO. Indicar:

3.11 REGRAS DE FATURAMENTO

3.11.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S):

(X) A - EM PARCELA \u00d9NICA - AO FINAL DE TODA A EXECU\u00c7\u00e3O CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (REGRA GERAL)

() B - M\u00dculiplos faturamentos, sendo cada um realizado ap\u00f3s a execu\u00e7\u00e3o de cada pedido / empenho emitido.

() C - MENSAL.

() D - PARCELADO:

- D.1 - QUANTIDADE DE PARCELAS:
- D.2 - DEFINI\u00c7\u00e3O DOS MONTANTES DAS PARCELAS - Especificar:

() E - OUTRO(A). Indicar:

3.11.2 CONDI\u00c7\u00e3OES ESPEC\u00c1FICAS PARA FATURAMENTO:

(X) A - N\u00a3O SE APLICA, sendo necess\u00e1ria somente a apresenta\u00e7\u00e3o de nota fiscal/fatura e certid\u00f5es de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.12.1 (abaixo).

() B - REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para al\u00e9m dos indicados na op\u00e7\u00e3o A. Especificar:



TERMO DE REFER\u00c8NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7\u00e3O DE VALOR - N\u00e3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3OES

3.12 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZA\u00c7\u00e3O MONET\u00c1RIA

3.12.1 O pagamento será processado na periodicidade indicada no item 3.11.1, sendo cada um realizado após a entrega de bens cabível, e apresentação, pela CONTRATADA, de nota fiscal e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE;

3.12.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.12.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.12.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.12.3 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratual;

3.12.4 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

3.12.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.12.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.12.2 e 3.12.2.1.

3.12.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.

3.13 REAJUSTAMENTO

3.13.1 REGRAS:

➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços:

(X) A - INPC/IBGE.

() B - OUTRO. Indicar:

➤ A eventual concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.



TERMO DE REFER\u00c9NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7\u00e3O DE VALOR - N\u00e3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3OES

- Na hip\u00f3tese de reajustamento, adotar-se-\u00e1 como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o m\u00eas de apresenta\u00e7\u00e3o do or\u00e7amento estimado pela administra\u00e7\u00e3o e termo final o m\u00eas que antecede a data de anivers\u00e1rio.
- Ser\u00e3o objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de fornecimento formalizados ap\u00f3s o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do or\u00e7amento estimado pela administra\u00e7\u00e3o.
- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno m\u00ednimo de um ano ser\u00e1 contado a partir dos efeitos financeiros do \u00faltimo reajuste.

3.14 DEFINI\u00c7\u00e3O DE VIG\u00c9NCIAS

3.14.1 VIG\u00c9NCIA DA ATA DE REGISTRO DE PRE\u00c7OS (ARP):

(X) A - N\u00e3O SE APLICA (N\u00e3o se trata de registro de pre\u00c7os).

() B - VIG\u00c9NCIA DA ARP:

➤ Prazo de vig\u00eancia da ARP: _____ meses (Limitado a 01 ano).

➤ Possibilidade de prorroga\u00e7\u00e3o de prazo de vig\u00eancia:

() N\u00e3O () SIM (Limitado ao total de vig\u00eancia da ARP de 02 anos)

3.14.2 DEFINI\u00c7\u00e3O DE VIG\u00c9NCIA DA CONTRATA\u00c7\u00e3O:

(X) A - CONTRATA\u00c7\u00e3OES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO:

() A.1 - _____ meses, contados do recebimento do empenho pela contratada.

(X) A.2 - 60 dias, contados do recebimento do empenho pela contratada.

() A.3 - _____ meses, contados a partir do dia ____ de _____ de 202x (previs\u00e3o inicial).*

() A.4 - _____ dias, contados a partir do dia ____ de _____ de 202x (previs\u00e3o inicial).*

() B - CONTRATA\u00c7\u00e3OES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO:

() B.1: _____ meses/ _____ anos, contados a partir da

() Op\u00e7\u00e3o1: Data certa (previs\u00e3o inicial): ____ de ____ de 202X.

() Op\u00e7\u00e3o 2: Da data da (\'ltima) assinatura.

() B. 2: _____ dias, contados a partir da:

() Op\u00e7\u00e3o1: Data certa (previs\u00e3o inicial): ____ de ____ de 202X.



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

() Opção 2: Da data da (última) assinatura.

3.14.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA:

(X) A - NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

() B - SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM.

➤ Justificativa:

3.15 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

3.15.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes neste instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do CONTRATANTE, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

3.15.1.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.15.1.2 Prestar diretamente os fornecimentos ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;

3.15.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos fornecimentos objeto deste instrumento;

3.15.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos fornecimentos objeto deste instrumento;

3.15.1.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas;

3.15.1.6 Assegurar que os fornecimentos objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

3.15.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

3.15.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo CONTRATANTE não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela CONTRATADA;



TERMO DE REFER\u00c8NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7AO DE VALOR - N\u00e3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3ES

3.15.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.11 e 3.12 deste instrumento;

3.15.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.15.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.15.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo CONTRATANTE, de substituição bens que não tenham sido entregues em conformidade com as condições deste instrumento ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando a substituição, sem ônus para o CONTRATANTE;

3.15.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução contratual;

3.15.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à contratação;

3.15.1.14 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.15.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.15.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.15.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.15.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

3.15.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021);

3.15.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste instrumento, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.15.2 OBRIGA\u00c7OES ESPEC\u00c1FICAS (DEFINIDAS EM RAZ\u00c3O DO OBJETO CONTRATADO):



TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR - NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES

(X) A - NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.

() B - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:

3.16 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.16.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

3.16.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar plenamente o objeto contratado;

3.16.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;

3.16.1.3 Permitir o acesso da CONTRATADA às instalações físicas do CONTRATANTE, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos fornecimentos;

3.16.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente instrumento, notificando a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.16.1.5 Fornecer à CONTRATADA, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento.

3.16.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

3.16.1.6.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

3.16.1.6.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

3.16.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

(X) A - NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

() B - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:

3.17 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL

(X) A - NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.



TERMO DE REFER\u00c9NCIA – DISPENSA DE LICITA\u00c7\u00e3O DE VALOR - N\u00e3O ELETR\u00f4NICA - AQUISI\u00c7\u00e3ES

() B - SER\u00c1 EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:

➤ B.1 Percentual exigido:

- () I - 5% (cinco por cento)
() II - OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento)

- Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato:

➤ B.2 Prazo para apresenta\u00e7\u00e3o da garantia: _____ dias ap\u00f3s assinatura do contrato.

➤ B.3 Prazo de dura\u00e7\u00e3o da garantia contratual na modalidade seguro-garantia:

- () I - A MESMA DA CONTRATA\u00c7\u00e3O.
() II - _____ dias/meses ap\u00f3s a vig\u00eancia da contrata\u00c7\u00e3o.

3.18 INFORMA\u00c7\u00E3ES OR\u00c3MENT\u00c1RIAS

CONFORME FORMUL\u00c1RIOS DE INFORMA\u00c7\u00E3ES OR\u00c3MENT\u00c1RIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATA\u00c7\u00E3O.

3.19 RESPONS\u00c1VEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

MATR\u00edCULA:	353.490
NOME DO SERVIDOR:	Mariana Nascimento Sotero Campos
UNIDADE ADMINISTRATIVA:	CSI
INSERIR ASSINATURA DIGITAL:	MARIANA NASCIMENTO SOTERO CAMPOS [REDACTED] Assinado de forma digital por MARIANA NASCIMENTO SOTERO CAMPOS [REDACTED] Dados: 2025.10.24 11:59:40 -03'00'



**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR -
NÃO ELETRÔNICA - AQUISIÇÕES**

APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS A SEREM FORNECIDOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PDM com descrição	CATMAT com descrição
1	DISCO RÍGIDO SATA 3,5 / 14TB	Unidade	2	7030 – Equipamentos de armazenamento de dados	17653 – Disco rígido removível
2	ADAPTADOR SATA USB	Unidade	2	7060 – Peças e acessórios para computadores	15410 – Adaptador conector
3	CASE EXTERNO SSD	Unidade	1	9390 – Produtos diversos não metálicos	4170 – Caixa Protetora Equipamento Eletrônico

I - HD Interno de 14TB

a)

Aviso de Contratação Direta nº 00037/2023

[Acessar Contratação](#)

Última atualização (09/11/2023)

Local: São Paulo/SP | Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Unidade compradora: 925004 - PMSP - SECRETARIA DAS PREFEITURAS REGIONAIS

Modalidade da contratação: Dispensa | Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II | Tipo: Aviso de Contratação Direta

Modo de disputa: Dispensa Com Disputa | Registro de preço: Não | Fonte orçamentária: Não informado

Data de divulgação no PNCP: 09/11/2023 | Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 09/11/2023 13:19 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 14/11/2023 07:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 49269236000117-1-000922/2023 | Fonte: Compras.gov.br

Objeto:

Aquisição de 6 Iseki Hard Disk iHDI com capacidade de 14TB, velocidade de 7200 RPM, para serem utilizados em servidores de arquivos do tipo NAS, conforme especificação técnica detalhada no Termo de Referência.

Informações complementares:

Aquisição dentro do limite de valor estabelecido no Art. 75º, Inciso II da Lei nº 14.133 de 3º/04/2021.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 23.240,34	R\$ 14.320,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Disco Magnético	6	R\$ 3.874,39	R\$ 23.240,34	

Fonte: <https://pncp.gov.br/app/editais/49269236000117/2023/922>

Detalhamento:

[Acompanhar Contratação](#)



Dispensa Eletrônica N° 37/2023 (Lei 14.133/2021)



UASG 925004 - PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS



Contratação homologada



[Itens](#)

A relação de propostas e histórico de recursos do item poderão ser acessados através do ícone . O termo de julgamento e o termo de homologação estarão disponíveis após a conclusão destas etapas, respectivamente.

1 DISCO MAGNÉTICO Homologado	Qtd. solicitada: 6	Valor estimado unitário: R\$ 3.874,3900	
Descrição detalhada Disco Magnético Memória: 16 TB, Velocidade Transferência: 6.0 GB/S, Aplicação: Microcomputador, Tamanho: 3.5 POL, Modelo: Nas, Interface: Sata III, Tipo: Rígido			
Quantidade solicitada: 6	Unidade de fornecimento: Unidade	Critério de julgamento: Menor Preço	
Valor estimado unitário: R\$ 3.874,3900	Valor estimado total: R\$ 23.246,3400	Intervalo mínimo entre Lances: R\$ 0,1000	

Fonte: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=92500406000372023>

b)

Você está em: Hardware > Disco Rígido (HD) > Corporativo > Vigilância > Código 497181

WD Purple® Pro
3.5" Surveillance HDD
14 TB

HD WD 14TB Purple Pro, 7200RPM, Cache 256MB, 3.5", SATA - WD14PURP

Vendido e entregue por: **KaBuM!**

Sobre o Produto Resumo gerado por IA

- Especificações Técnicas:** 14TB, operando a 7.200RPM, aliado a 512MB de cache para vigilância otimizada
- Compatibilidade:** Conexão SATA, suporta até 64 câmeras HD, ideal para DVRs e NVRs
- Performance e Benchmarks:** Transferência de até 255MB/s e carga de trabalho de 180TB/ano, assegurando gravação ininterrupta
- Recursos Avançados:** Tecnologia AllFrame e CMR, aprimorando a integridade e reprodução de vídeo

[Ver mais](#)

R\$ 2.499,99
A vista no PIX com 15% de desconto
R\$ 2.941,16 em até 10x de R\$ 294,11 sem juros ou 1x com 10% de desconto no cartão

[Ver mais opções de pagamento e parcelamento](#)

Em estoque

COMPRAR AGORA **ADICIONAR AO CARRINHO**

CONSULTE FRETE

Inserir CEP

[Não lembre meu CEP](#)

Fonte: <https://www.kabum.com.br/produto/497181/hd-wd-14tb-purple-pro-7200rpm-cache-256mb-3-5-sata-wd142purp>

Acessado em: 24/10/2025

c)



Conferir mais produtos da marca Western Digital

Novo | +100 vendidos

MAIS VENDIDO 8º em HDs e SSDs Western Digital

Hd Wd Purple Pro Surveillance 14tb 3.5 - Wd142purp

4.6 ★★★★☆ (17)

R\$ 3.084

R\$ 2.713⁹² 12% OFF

[Ver os meios de pagamento](#)

Cor: Purple

O que você precisa saber sobre este produto

- Capacidade: 14 TB.
- Disco rígido de 3.5" ideal para sistemas de videovigilância.
- Interface SATA para alta velocidade de transferência de dados.
- Temperatura de armazenamento entre 40°C e 70°C para maior durabilidade.

[Ver características](#)

Parcelamento sem juros

R\$ 2.847¹⁵

18x R\$ 158,18 **sem juros** com cartão Mercado Pago

Vendido por Loja oficial

Melhor preço

R\$ 2.713⁹²

FRETE GRÁTIS ACIMA DE R\$ 19

Receba grátis entre quarta-feira e quinta-feira

Mais detalhes e formas de entrega

Retire grátis entre quarta-feira e quinta-feira em uma agência Mercado Livre

[Ver no mapa](#)

Estoque disponível

Quantidade: 1 unidade

[Comprar agora](#)

[Adicionar ao carrinho](#)

Fonte: https://www.mercadolivre.com.br/hd-wd-purple-pro-surveillance-14tb-35-wd142purp/p/MLB31050790?has_official_store=false&highlight=false&headerTopBrand=false#polycard_client=searchnordic&search_layout=grid&position=1&type=product&tracking_id=4c32c16d-c229-4c60-9ffb-5d92fe59d4ed&wid=MLB3783764045&sid=search

Acessado em: 24/10/2025

d)

The screenshot shows a product listing for a Western Digital Purple 14TB internal hard drive. The main image is a purple 3.5-inch surveillance HDD. Key details include:

- Conferir mais produtos da marca Western Digital**
- Novo | +100 vendidos**
- interno Western Digital WD Purple WD140PURZ 14TB púrpura**
- 4.9 ★★★★☆ (15)**
- R\$ 3.487**
- 18x R\$ 193⁷² sem juros com cartão Mercado Pago**
- Ver os meios de pagamento**
- Cor: Púrpura**
- O que você precisa saber sobre este produto**
- Capacidade: 14 TB.
 - Interface SATA III para transferências de dados rápidas com seu PC.
 - Velocidade de rotação de 7200 rpm para desempenho otimizado.
 - Cache de 512 MB que melhora a performance de leitura e escrita.
 - Temperatura de armazenamento que varia de -40°C a 70°C.
 - Consumo energético de apenas 6.3W em leitura e escrita.
 - Resistente a choques, garantindo maior durabilidade e segurança.
- FRETE GRÁTIS ACIMA DE R\$ 19**
- Receba grátis entre quarta-feira e quinta-feira**
- Mais detalhes e formas de entrega**
- Retire grátis entre segunda-feira e terça-feira em uma agência Mercado Livre**
- Ver no mapa**
- Estoque disponível**
- Quantidade: 1 unidade**
- Comprar agora**
- Adicionar ao carrinho**
- Loja oficial Casa do Provedor**
- +50mil vendas**
- Devolução grátis.** Você tem 30 dias a partir da data de recebimento.
- Compra Garantida.** Receba o produto que está esperando ou devolvemos o dinheiro.

Fonte: <https://www.mercadolivre.com.br/interno-western-digital-wd-purple-wd140purz-14tb-purpura/p/MLB17743228>

Acessado em: 24/10/2025

e)

The screenshot shows a product listing for a Seagate IronWolf Pro 16TB NAS hard drive. The main image is a black and red 3.5-inch NAS HDD. Key details include:

- Você está em: Hardware > Disco Rígido (HD) > Corporativo > NAS > Código 397737**
- Restam 54 un.**
- ★★★★☆ (10)**
- HD Seagate IronWolf Pro, NAS, 16TB, Cache 270MB, 7.200RPM, 3.5', SATA - ST16000NT001**
- Vendido e entregue por: KaBuM!**
- Sobre o Produto**
- **Especificações Técnicas:** Opera a 7200 RPM com taxa de transferência de até 270MB/s, garantindo alta performance
 - **Compatibilidade:** Interface SATA de 6.0 Gb/s para integração em diversos sistemas NAS
 - **Performance e Benchmarks:** MTBF de 2.500.000 horas e baixa taxa de erros, ideal para uso contínuo
 - **Recursos Avançados:** Resistência à vibração rotacional de 12.5 rad/s para maior durabilidade
- R\$ 2.594,99**
- À vista no PIX com 15% de desconto**
- R\$ 3.052,93 em até 10x de R\$ 305,29 sem juros ou 1x com 10% de desconto no cartão**
- Ver mais opções de pagamento e parcelamento**
- Em estoque**
- COMPRAR AGORA**
- ADICIONAR AO CARRINHO**
- CONSULTE FRETE**
- Inserir CEP***
- OK**
- Não lembro meu CEP**

Fonte: <https://www.kabum.com.br/produto/397737/hd-seagate-ironwolf-pro-nas-16tb-cache-270mb-7-200rpm-3-5-sata-st16000nt001>

Acessado em: 24/10/2025

f)



WD

★★★★★ (1)

HD Externo 14TB WD Elements Desktop Hard Drive, USB 3.0, Antichoque, Preto - WDBWLG0140HBK-NESN

Vendido e entregue por: **KaBuM!**

Sobre o Produto Resumo gerado por IA

- Especificações Técnicas:** Armazenamento de 14TB para vasta coleção de arquivos
- Compatibilidade:** Conexões USB 3.0 e 2.0 para uso universal em diversos sistemas Windows
- Performance e Benchmarks:** Otimize seu PC transferindo dados, ideal para liberar espaço e aumentar a velocidade
- Recursos Avançados:** Design compacto e proteção robusta para dados importantes

[Ver mais](#)

R\$ 2.500,22

R\$ 1.869,99

À vista no PIX com 15% de desconto

R\$ 2.199,99 em até 10x de R\$ 219,99 sem juros ou 1x com 10% de desconto no cartão

[Ver mais opções de pagamento e parcelamento](#)

Em estoque

COMPRAR AGORA

ADICIONAR AO CARRINHO

CONSULTE FRETE

Inserir CEP*

[Não lembro meu CEP](#)

Fonte: https://www.kabum.com.br/produto/399156/hd-externo-14tb-wd-elements-desktop-hard-drive-usb-3-0-antichoque-preto-wdbwlg0140hbk-nesn?utm_id=22429436054&gad_source=1&gad_campaignid=22429436054

Acessado em: 24/10/2025

II - Adaptador Sata para USB - Hd/Ssd 2.5 E 3.5 Polegadas

a)



Clique para ver a visualização completa

Cabo Usb 3.0 Adaptador Leitor De Hd/Ssd 2.5 E 3.5 Polegadas Sata | Com Fonte 12v

Marca: WR

4.4 91 avaliações de clientes

Escolha da Amazon

R\$ 78,90

Em até 2x R\$ 39,45 sem juros Ver opções de pagamento ▾



Pagamentos e Segurança Política de devolução

Dispositivos compatíveis Disco Rígido, Unidade de Estado Sólido

Usos específicos do produto Leitura e backup de dados em HDD/SSD

Tipo de conector USB 2.0

Cor Preto

Marca WR

Sobre este item

- Leitura Fácil de HDD/SSD: Acessar rapidamente seus arquivos com este adaptador USB 3.0, que suporta HDD e SSD de 2.5 e 3.5 polegadas
- Backup de Arquivos: Ideal para fazer cópias de segurança de seus dados importantes, facilitando a recuperação em caso de problemas no disco rígido
- Compatibilidade Ampla: Funciona com Windows 98/2000/XP/Vista/Windows 7/8 e Mac, permitindo a leitura de HDD/SSD em diferentes sistemas operacionais
- Design Compacto e Prático: Com apenas 0.4 kg, este adaptador é fácil de transportar e usar, com um LED indicador de atividade para monitorar o processo de leitura
- Conecotor USB 3.0 de Alta Velocidade: Este adaptador utiliza a tecnologia USB 3.0, proporcionando taxas de transferência de dados mais rápidas e estável, compatível com USB 2.0/1.1

Fonte: https://www.amazon.com.br/Cabo-Adaptador-Leitor-Polegadas-Fonte/dp/B08GC5MDYK/ref=asc_df_B08GC5MDYK?mcid=23be0e3fda8c32f7b0ba6bd_b70a141d9&tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=709884378394&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=14953034660396760578&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&hvdvcndl=&hvlocint=&hvlocphy=9198184&hvtargid=pla-1201930811967&psc=1&language=pt_BR&gad_source=1

Acessado em: 24/10/2025

b)

Novo | 2 vendidos

Cabo Usb 3.0 Adaptador Leitor De Hd/ Ssd 2.5 E 3.5 Polegadas

R\$ 55⁷¹ 6% OFF
2x R\$ 27⁸⁶ sem juros

Ver os meios de pagamento

O que você precisa saber sobre este produto

- Quantidade de pinos: .
- Tipo de conector: Cabo Adaptador Usb 3.0 SATA Disco Rígido 2.5 E 3.5 Hd E Ssd Preto.
- Amperagem: .
- Meça em largura .

Ver características

FRETE GRÁTIS ACIMA DE R\$ 19

Receba grátis entre terça-feira e quinta-feira

Receba grátis amanhã sábado

Mais detalhes e formas de entrega

Estoque disponível

Armazenado e enviado pelo FULL

Quantidade: 1 unidade (5 disponíveis)

Comprar agora

Adicionar ao carrinho

Vendido por RBTRONICS

MercadoLider +5mil vendas

Devolução grátis. Você tem 30 dias a partir da data de recebimento.

Compra Garantida. Receba o produto que está esperando ou devolvemos o dinheiro.

Fonte: https://www.mercadolivre.com.br/cabo-usb-30-adaptador-leitor-de-hd-ssd-25-e-35-polegadas/up/MLBU3414345648?has_official_store=false&highlight=false&headerToPBrand=false#polycard_client=search-nordic&search_layout=grid&position=9&type=product&tracking_id=dcc63c51-452b-44b0-a6a7-1ecb848823c7&wid=MLB1295108610&sid=search

Acessado em: 24/10/2025

c)

Cabo Adaptador para SATA (2.5/3.5) e CdRom USB 3.0

5 (40) Clique e veja!

R\$ 68,00 15% OFF

R\$ 68,00
em até 2x R\$ 34,00 sem juros

Calcule o frete e prazo de entrega

- 1 +

NÃO SEI MEU CEP OK

COMPRAR

COMPRAR PELO WHATSAPP

KIT COM 5 5% OFF KIT COM 5 CABOS ADAPTADOR PARA SAT... DE: R\$ 300,00 POR: R\$ 283,00 COMPRAR

KIT COM 10 16% OFF KIT COM 10 CABOS ADAPTADOR PARA SAT... DE: R\$ 600,00 POR: R\$ 499,00 COMPRAR

Fonte: <https://www.cirilocabos.com.br/cabo-adaptador-para-sata-2535-e-cdrom-usb-30-289500/p>

Acessado em: 24/10/2025

III - Case Para Ssd M.2

a)

Case Para Ssd M.2 2280 Pcie Nvme M-key Usb Tipo-c E Usb 3.1

Marca: InfoKit

4,4 96 avaliações de clientes

R\$78,00

Em até 2x R\$ 39,00 sem juros [Ver opções de pagamento](#)

[Pagamentos e Segurança](#) [Política de devolução](#)

Marca InfoKit

Interface de hardware USB 3,1 Tipo A, USB 3,1 Tipo C

Características especiais Compact

Velocidade de gravação 5 Gigabytes Per Second

Tecnologia de conectividade USB

Sobre este item

- Acabamento premium
- Velocidade de transmissão de dados: 300Mbps - 5Gbps
- Medida do produto: 113*40*9.5mm
- Comprimento do cabo de dados: 35CM
- Interface suportada: NVME-PCIE

[Relatar um problema com este produto](#)

Fonte: <https://www.amazon.com.br/Case-Para-2280-M-key-Tipo-c/dp/B0CWY5XF29>

Acessado em: 24/10/2025

b)

Novo | +5mil vendidos



MAIS VENDIDO 2º em Gavetas para HDs

Case Para Ssd Nvme M.2 2280 Pcie M-key Usb Tipo-c E Usb 3.1

4.8 ★★★★☆ (314)

R\$ 63
12x R\$ 6²⁰

[Ver os meios de pagamento](#)

O que você precisa saber sobre este produto

- Material de alumínio durável.
- Velocidade de transmissão de até 10 GB/s.
- Cabo USB Incluso.
- Suporta apenas SSD NVME.
- Não compatível com SSD Sata ou Ngff.

[Ver características](#)

Opções de compra:

11 produtos novos a partir de R\$ 58

FRETE GRÁTIS ACIMA DE R\$ 19

Receba grátis entre quarta-feira e sexta-feira 31/out

Receba grátis amanhã sábado
Comprando dentro das próximas 10 h 34 min
[Mais detalhes e formas de entrega](#)

Estoque disponível
Armazenado e enviado pelo  FULL

Quantidade: 1 unidade  (+25 dispo)

Comprar agora

 [Adicionar ao carrinho](#)

Vendido por **CASADATRIBO**
MercadoLíder | +1000 vendas

 [Devolução grátis](#). Você tem 30 dias partir da data de recebimento.

 [Compra Garantida](#). Receba o produt

Fonte: https://www.mercadolivre.com.br/case-para-ssd-nvme-m2-2280-pcie-m-key-usb-tipo-c-e-usb-31/p/MLB29349887?pdp_filters=item_id%3AMLB4171881765&from=gshop&matt_tool=48995110&matt_internal_campaign_id=&matt_word=&matt_source=google&matt_campaign_id=22603531562&matt_ad_group_id=181244933895&matt_match_type=&matt_network=g&matt_device=c&matt_creative=758138322200&matt_keyword=&matt_ad_position=&matt_ad_type=pla&matt_merchant_id=735128761&matt_product_id=MLB29349887-

https://www.mercadolivre.com.br/case-para-ssd-nvme-m2-2280-pcie-m-key-usb-tipo-c-e-usb-31/p/MLB29349887?pdp_filters=item_id%3AMLB4171881765&from=gshop&matt_tool=48995110&matt_internal_campaign_id=&matt_word=&matt_source=google&matt_campaign_id=22603531562&matt_ad_group_id=181244933895&matt_match_type=&matt_network=g&matt_device=c&matt_creative=758138322200&matt_keyword=&matt_ad_position=&matt_ad_type=pla&matt_merchant_id=735128761&matt_product_id=MLB29349887-product&matt_product_partition_id=2424443211326&matt_target_id=aud-1967156880386:pla-2424443211326&cq_src=google_ads&cq_cmp=22603531562&cq_net=g&cq_plt=gp&cq_med=pla&gad_source=1&gad_campaignid=22603531562

Acessado em: 24/10/2025

c)

Case externo para SSD M.2 NVMe/SATA USB 3.1 e Tipo-C

Marca: Genérico
4,7 ⭐⭐⭐⭐⭐ 85 avaliações de clientes
Escolha da Amazon para "case ssd m2 nvme"
Mais de 50 compras no mês passado

R\$ 99,90
Em até 2x R\$ 49,95 sem juros Ver opções de pagamento

Pagamentos e Segurança Enviado pela Amazon Política de devolução

Interface de hardware: USB-C
Marca: Genérico
Cor: Preto
Plataforma de hardware: Universal
Material: liga de alumínio

Sobre este item

- Nosso case para SSD M.2 é fabricado em liga de alumínio ultra-resistente, leve e durável. Ele protege seu SSD contra choques, quedas e outros danos, garantindo a segurança dos seus dados. Mais praticidade e liberdade: Com nosso case, você pode utilizar seu SSD M.2 como armazenamento externo. Isso significa que você pode levar seus dados para qualquer lugar, sem se preocupar com o espaço no seu computador.

Fonte: https://www.amazon.com.br/Case-externo-para-NVMe-Tipo-C/dp/B0F251WVQP/ref=sr_1_3_sspa?dib=eyJ2ljojMSJ9.LBdKUGK06Xu7Ma_SpuEVsEkhk52IziQWM9GdR9X4qmS5cKG2ILP6DYHq9-suu9EqKwRhVI-tmkPV7tysi8dHEjDlcrO9YiOyl-BfqkkcQJY5iwZYD3_yqsBLr0lInRpgV8Lsn0duEOkvHuNLsTsfXdWsPxLBmRCwg1rrenraaEkFGWMDMHcSknoKfpAJB19wUp7mPY3I4zH4aG__hVdgg-LPBB3c6WHKRLfrK5tbx1vFIPtg-EVV4lgFJWnx33cGuEcTfTp71KaW6knyFPbY4sD2bGYf8I8aO-ZEu46-tk.npCKyXNBpyzBoPCD1F9f3OLUhBveGLjmE7cS925g5Dk&dib_tag=se&keywords=case+ssd+m2+nvme&qid=1761316015&sr=8-3-spons&ufe=app_do%3Aamzn1.fos.6d798eae-cadf-45de-946af477d47705b9&sp_csd=d2lkZ2V0TmFtZT1zcF9hdGY&psc=1

Acessado em: 24/10/2025



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.010.218/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/07/2011
NOME EMPRESARIAL NETLIFE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NETLIFE INFORMATICA			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 47.51-2-02 - Recarga de cartuchos para equipamentos de informática 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV TANCREDO NEVES		NÚMERO 969	COMPLEMENTO EDIF METROPOLITAN CENTER ANDAR 10 SALA 1005
CEP 41.820-020	BAIRRO/DISTRITO CAMINHO DAS ARVORES	MUNICÍPIO SALVADOR	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO NETLIFE@NETLIFEINFORMATICA.COM		TELEFONE (71) 8643-9946/ (71) 3341-0926	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/07/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **23/10/2025 às 11:10:39** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

MANIFESTAÇÃO

De ordem do Coordenador da CSI, encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações para o prosseguimento da análise da conformidade processual, após atendimento dos apontamentos indicados.

No que diz respeito aos apontamentos sobre Tabela de Preços Orçados e Pesquisa de Preços, temos a informar o que segue:

Resposta ao item 08:

Esclarecemos que discos rígidos internos de alta capacidade (14 TB SATA III) são itens com demanda especializada e baixa frequência de compra no mercado nacional. Essa característica resulta em oferta limitada por parte dos fornecedores e na ausência de histórico de compras anteriores com especificações idênticas. A baixa procura faz com que muitos distribuidores não mantenham estoque regular desse produto, limitando significativamente as respostas às solicitações de cotação.

A necessidade de discos de grande capacidade, bem como por adaptadores e cases específicos, está diretamente relacionada a processos forenses e análises especializadas, nos quais é imprescindível garantir cópia e armazenamento seguro de grandes volumes de dados. O uso de armazenamento local é obrigatório nesse contexto, pois o armazenamento em nuvem não atende aos requisitos legais, de segurança, rastreabilidade e controle de acesso no processamento forense de informações sensíveis.

Foram realizadas pesquisas junto a diversos fornecedores e plataformas reconhecidas no setor. Apenas um fornecedor respondeu à cotação e os valores apresentados estão compatíveis com os praticados no mercado, conforme levantamento fundamentado. Isso demonstra diligência na busca pela conformidade e economicidade.

Cabe destacar que, atualmente, há uma maior preferência pelo uso de armazenamento em nuvem, motivada pela praticidade e pelo custo-benefício. Esse cenário contribui ainda mais para a escassez de discos físicos de alta capacidade disponíveis em ofertas regulares.

Para atendimento ao quanto solicitado, informamos que a pesquisa de preço foi complementada para a quantidade indicada de preços referenciais para cada item, conforme se observa no documento 1759289.

Resposta ao item 09 – Justificativa da diferença de valores entre proposta selecionada e pesquisa de internet:

Em atenção ao questionamento relativo aos itens II e III, esclarecemos que a diferença entre os valores apresentados na proposta da empresa selecionada (R\$ 119,00 e R\$ 129,00, respectivamente) e os valores médios encontrados em pesquisa de internet decorre de fatores objetivos que influenciam diretamente a formação dos preços praticados em lojas físicas. Essa variação está relacionada, sobretudo, à diferença de modelo de negócio.

Os preços praticados em lojas físicas tendem a ser superiores aos de plataformas online em razão de custos operacionais adicionais, tais como despesas com aluguel, energia elétrica, segurança e manutenção do espaço físico, custos com pessoal e tributação diferenciada. Todos estes fatores impactam diretamente no preço final ao consumidor. Já os preços encontrados em sites podem ser de vendedores que operam sob regimes simplificados ou até mesmo como pessoa física, o que reduz significativamente os encargos incidentes.

Dessa forma, a proposta selecionada está compatível com os parâmetros de estimativa de valor previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando que os valores apresentados são compatíveis com o mercado local e justificam-se pelas condições comerciais e operacionais envolvidas, não configurando sobrepreço.

Resposta ao item 09 – Justificativa sobre a pesquisa de preços:

Em atenção ao questionamento relativo à pesquisa de preços apresentada, cumpre esclarecer que o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, ao tratar da estimativa de valor da contratação, admite expressamente a utilização de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo como uma das fontes válidas para a composição do valor estimado, conforme inciso III do §1º:

"III utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;"

Nesse sentido, a pesquisa de preços apresentada utilizou como referência plataformas amplamente reconhecidas no mercado nacional, como Mercado Livre, Amazon e outras lojas virtuais, que se enquadram na categoria de sítios eletrônicos de domínio amplo, conforme entendimento já consolidado em diversos órgãos de controle e jurisprudência administrativa.

Essas plataformas:

- Possuem ampla penetração no mercado e são utilizadas como referência de preços por consumidores e empresas;

- Permitem a comparação entre diversos fornecedores e modelos de produtos;
- Apresentam dados públicos, acessíveis e auditáveis, com data e hora de acesso devidamente registrados.

Ressalta-se que a Lei não exige que todos os sítios utilizados sejam “especializados”, mas sim que sejam **especializados ou de domínio amplo**, sendo ambos igualmente válidos para fins de estimativa de preços, desde que observados os critérios de confiabilidade, transparência e rastreabilidade.

Dessa forma, entende-se que a pesquisa de preços realizada atende aos ditames legais, especialmente ao art. 23, §1º, inciso III da Lei nº 14.133/2021, e contribui para a formação de um valor estimado compatível com os preços praticados no mercado.

Por fim, no que diz respeito a nota fiscal constante no documento 1743552, o documento se refere à informação da venda de objeto similar pela empresa selecionada, comprovada, nesta oportunidade, com a juntada do documento 1758429.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Nascimento Sotero Campos** - Assistente Técnico Administrativa, em 29/10/2025, às 10:29, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1758373** e o código CRC **48845837**.

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que as certidões de regularidade fiscal federal, estadual, municipal, do FGTS e trabalhista da empresa pretendida contratada, **NETLIFE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA**, CNPJ nº **14.010.218/0001-31**, **encontram-se válidas**, bem assim que inexistem registros de aplicação de sanções administrativas de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública da referida empresa, ou de seu (s) sócio (s) majoritário, conforme documento anexo (doc 1763568).

Ressaltamos, ademais, que, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Pùblico Estadual, após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Paula Souza de Paula Marques

Assistente de Gestão III

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Mat. 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 30/10/2025, às 17:03, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1763564** e o código CRC **EB552698**.

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 30/10/2025 08:22:43

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **NETLIFE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA**
CNPJ: **14.010.218/0001-31**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punitidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUIZ HENRIQUE CORREIA**

CPF/CNPJ: [REDACTED] - [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 08:21:26 do dia 30/10/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: 88JU301025082126

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 10/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 10/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 10/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 10/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 10/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

Dados da consulta: 30/10/2025 08:25:01

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: [REDACTED]

Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Relação de Fornecedores Impedidos de Litar e Contratar

Razão Social: [REDACTED]

Natureza Jurídica: Todas

Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

[Voltar](#)



Governo do Estado da Bahia

Relação de Fornecedores Impedidos de Litar e Contratar

Razão Social: [REDACTED]

Natureza Jurídica: [REDACTED]

Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

[Voltar](#)



Governo do Estado da Bahia

DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação não eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº 292/2025, encaminhado pela **Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI**, para **aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case)**, conforme informações contidas no Documento de Formalização da Demanda e no Termo de Referência SEM pedido de publicação de aviso de interesse em contratar por dispensa de licitação.

Observa-se que a unidade apresentou motivação para não realização da dispensa na forma eletrônica, conforme justificativa apresentada na manifestação 1747212.

Registra-se que as despesas correrão por conta da **Unidade Gestora 40.101/0038 – CSI**, conforme Declaração - Executor Orçamentário (doc 1747245).

É válido salientar, ainda, que, em que pese se trate de contratação cuja análise da Assessoria Técnico Jurídica encontra-se dispensada, conforme disposto no artigo 17, I do Ato Normativo 048/2024, e não havendo sido estabelecido parecer sistêmico para balizar a análise da conformidade processual, esta Diretoria tomou por base o opinativo que consta acostado no procedimento SEI 19.09.02335.0000379/2024-63, para contratação por Dispensa de Licitação fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021. No referido procedimento foi exarado o Parecer Nº 30/2024 da Assessoria Técnico Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa (doc 0934308) o qual indicou parâmetros para análise da instrução procedural em tais tipos de contratação, conforme segue abaixo detalhado:

1. Necessidade de atentar-se ao artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual exige de maneira obrigatória os seguintes documentos, todos constantes do presente expediente:

- a) Documento de Formalização da Demanda - anexado aos autos;
- b) Estimativa da despesa - cotação com fornecedores;
- c) Parecer jurídico e pareceres técnicos - dispensável;
- d) Demonstração da compatibilidade dos recursos orçamentários - anexado aos autos como documentos "Declaração - Executor Orçamentário" e "Manifestação - Gestor Orçamentário";
- e) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima (sendo facultada a qualificação técnica) - anexado aos autos (cartão CNPJ, contrato social, certidões de regularidade e outros);
- f) Razão da escolha do contratado - constante na Tabela de Preços Orçados;
- g) Justificativa do preço - constante na Tabela de Preços Orçados;
- h) Autorização da autoridade competente - constante na Manifestação do Gestor Orçamentário.

2. Na oportunidade, a Assessoria Técnico Jurídica pontuou a necessidade da seguinte complementação da instrução, os quais seguem abaixo indicados com a respectiva indicação do cumprimento pela Unidade Demandante:

- a) Que a Unidade Gestora apresente a justificativa da escolha dos fornecedores para fins de realização da pesquisa, conforme informado na Tabela de Preços Orçados;
- b) A juntada de declaração de que a empresa a ser contratada cumpre o art. 7º, XXXIII da CF/1988, bem como declaração exigida pela Resolução CNMP nº 37/2009 - anexadas aos autos;
- c) Justificativa para a não realização do procedimento previsto no art. 75, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 - constante no Termo de Referência;
- d) Que o setor responsável pelo pagamento informe se há possibilidade de pagamento por meio de cartão de pagamento e, em caso negativo, justifique nos autos a impossibilidade - manifestação DICOFIN 0938722 acostada no procedimento SEI 19.09.02335.0000379/2024-63;
- e) Que a unidade demandante se manifeste acerca da previsão da despesa no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando o quanto estabelecido no art. 14 do Ato Normativo nº 048/2024 - a unidade informou que a despesa NÃO SE ENCONTRA PREVISTA NO PCA, tendo sido a sua inclusão autorizada previamente pelo Superintendente de Gestão Administrativa (doc 1750299).

Após análise da instrução do processo em epígrafe com base nos parâmetros acima delineados, não foram encontrados pontos dignos de nota, exceto no que diz respeito à regularidade da pesquisa de preços.

Deste modo, encaminhamos o expediente para análise e manifestação da Assessoria Jurídica, a fim de que seja analisada a regularidade da contratação, com especial destaque à pesquisa de preços e às justificativas apresentadas pela unidade demandante.

Após, caso a decisão do Superintendente seja pela autorização da referida contratação, **solicitamos informar um número de portaria** para designação de gestor e fiscalização da contratação, tendo em vista os servidores indicados na Manifestação do Ordenador de Despesas.

Paula Souza de Paula Marques

Assistente de Gestão III

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 30/10/2025, às 17:03, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1762058** e o código CRC **594CE087**.

PARECER

PROCEDIMENTO SEI N\xba 19.09.45607.0031704/2025-06

INTERESSADO (A): Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI

ESPÉCIE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO . AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS DE ARMAZENAMENTO EXTERNO (DISCOS RÍGIDOS, ADAPTADORES E CASE). ART. 75, II, LEI FEDERAL N\xba 14.133/2021. ATO NORMATIVO N\xba 048/2024. PEQUENO VALOR. JUSTIFICATIVAS. REQUISITOS DA INSTRUÇÃO. ART. 72 DA NLLC. PELA REGULARIDADE JURÍDICA.

PARECER N\xba 774/2025

I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento instaurado pela Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI, com vistas a viabilizar a contratação da empresa NETLIFE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.010.218/0001-31, com vistas à aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case), visando suprir a demanda por repositórios de dados extraídos no âmbito das investigações, garantindo sua preservação e confiabilidade, conforme condições do documento de oficialização da demanda, doc. SEI 1738547.

Para tanto, a unidade requer autorização para realização de contratação direta, mediante dispensa de licitação, fundamentada no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, **no valor total de R\$ 6.157,00 (seis mil cento e cinquenta e sete reais)**.

Instrui o expediente o Termo de Referência, documento de oficialização de demanda, despachos da Unidade interessada, pesquisa de mercado, informações orçamentárias, minuta do contrato, despachos diversos, dentre outros.

É o relatório. Passamos ao opinativo.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente opinativo se enquadra na classificação de "parecer obrigatório", em decorrência do que estabelece o art. 53 da Lei n.\º 14.133/2021 e art. 19 da Lei Estadual n.\º 14.634/2023.

A legislação atual exige, de forma expressa, ato da autoridade máxima para que seja dispensada a análise jurídica. Vejamos o que dispõe a Lei n.\º 14.133/2021:

Art. 53.....

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

A seu turno, vejamos a Lei Estadual n.\º 14.634/2023:

Art. 19.....

§ 1º - Poderá ser dispensada a análise jurídica individualizada nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, conforme os seguintes critérios:

I - o baixo valor;

- II - a baixa complexidade da contratação;
- III - a entrega imediata do bem;
- IV - a utilização de minutas e modelos de editais e instrumentos de contrato, de acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes e instrumentos congêneres previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico;
- V - a existência de orientações jurídicas referenciais formalmente qualificadas.

O Ato Normativo n.º 048/2024 especificou a disciplina pertinente à dispensa da análise jurídica em processos de contratação direta, conforme o que segue:

Art. 17. Será dispensável a análise jurídica dos procedimentos de contratação direta nas seguintes hipóteses:

I – dispensas de pequeno valor, com fundamento no art. 75, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/21, salvo se houver previsão de celebração de contrato não padronizado, ou nas hipóteses em que o gestor tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade do procedimento;

Apesar de o caso concreto se enquadrar na hipótese mencionada, por tratar-se de contratação fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, houve apontamento realizado pela CEACC quanto à pesquisa de preços elaborada pelo setor demandante (doc. SEI 1762058). Diante disso, impõe-se a análise da matéria pelo órgão de assessoramento jurídico competente.

Cumpre ressaltar, também, em caráter preliminar, que o órgão de assessoramento jurídico não pratica ato de gestão, nem aprecia elementos pertinentes à discricionariedade do gestor, não adentrando à conveniência e à oportunidade dos atos, assim como não interfere em aspectos técnicos do objeto sob responsabilidade de outros agentes e setores da Administração.

II.I DA CONTRATAÇÃO DIRETA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina que, em regra, as contratações firmadas pela Administração Pública serão objeto de prévia licitação, como forma de garantir a efetivação dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, competição, vantajosidade, dentre outros. Nesse sentido é o que dispõe o art. 37, inciso XXI:

Art. 37.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se pode observar no referido dispositivo, a Carta Magna de 1988 faz uma ressalva quanto aos casos especificados na legislação, possibilitando a contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade, em situações excepcionais.

O referido dispositivo constitucional foi objeto de regulamentação pela Lei Federal nº 14.133/2021, restando definidas, em seu art. 75, as hipóteses em que a licitação pode ser dispensada, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

Nos moldes previstos no art. 75, II, **com a atualização de valores dada pelo Decreto Federal nº 12.343/2024**, a licitação será dispensável quando a contratação de serviços e compras envolver valor **inferior a R\$ 62.725,59** (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Mister anotar a ressalva legal quanto à forma de apuração e controle dos valores contratados à luz das hipóteses estabelecidas no art. 75, I e II (dispensas de pequeno valor), devendo ser considerado o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora, e o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade (art. 75, § 1º).

Quanto a este aspecto, convém consignar que compete à unidade a análise da pertinência e adequação da forma de contratação eleita, à luz das características da demanda, bem como o acompanhamento das despesas realizadas, a fim de garantir a observância dos limites legais estabelecidos no indicado art. 75.

A princípio, da leitura do expediente, e considerando que a proposta de menor preço não ultrapassa o limite legal, a presente contratação se amolda à hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

II.I.I DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Consta dos autos o Termo de Referência (doc. SEI 1759280) que a contratação se justifica em razão do que segue:

A quantidade de acessórios indicada é necessária para atender as demandas relacionadas à duplicação e guarda transitória de dados na unidade

acima identificada. Esses acessórios foram dimensionados considerando o fluxo operacional atual, garantindo o funcionamento contínuo dos equipamentos, a segurança das informações e a adequação ao ambiente técnico.

Diante do exposto, entende-se que restou demonstrada a necessidade dos serviços ora pretendidos.

Saliente-se, por oportuno, que não compete a esta Assessoria Técnico-Jurídica se imiscuir em relação à pertinência da motivação da demanda, mas, tão somente, verificar sua existência e sua devida demonstração nos autos.

II.II DOS REQUISITOS FORMAIS DO PROCESSO DE DISPENSA

À luz da disciplina contida na Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre anotar as formalidades necessárias à instrução do procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Visando a regularidade do presente expediente, portanto, cumpre verificar o cumprimento de cada um dos aspectos supra relacionados.

De logo, no entanto, mencione-se que os documentos a que aludem os incisos III e VIII deverão ser anexados aos autos no seu devido tempo.

II.II.I DO DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA E OUTROS INSTRUMENTOS

Na hipótese sob análise, busca-se a aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case), cuja especificação e justificativa encontram-se, inicialmente, no Termo de Referência elaborado pela unidade demandante.

Não se vislumbra nos autos a elaboração de estudo técnico preliminar, análise de riscos e projeto executivo, elementos estes que, na literalidade do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, são exigíveis “se for o caso”.

Quanto à matéria, a art. 16, § 1º, do Ato Normativo n.º 048/2024 estabelece o seguinte:

Art. 16. Os processos de contratação direta deverão ser instruídos com os documentos previstos no art. 72 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

§ 1º Nas dispensas e inexigibilidades cujos valores observem os limites previstos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, respectivamente, é dispensável a elaboração de estudo técnico preliminar, análise de riscos e projetos básico e executivo, salvo identificação de eventual necessidade pela área demandante ou deliberação expressa em contrário que determine a correspondente elaboração.

Compreende-se, portanto, que, nas dispensas de pequeno valor, não se exigirá estudo técnico preliminar, análise de riscos e projetos básico e executivo. A exceção deverá ser identificada pela área demandante, motivo pelo qual torna-se desnecessária a justificativa acerca da não adoção de tais instrumentos no caso concreto.

II.II.II DA COMPOSIÇÃO DO VALOR ESTIMADO DA DESPESA

No presente caso, o valor da contratação pretendida foi definido com base na proposta encaminhada pela empresa a ser contratada (1740816), em nota fiscal emitida pela mesma empresa, referente à venda de produto similar, a outro órgão público (1758429) e em pesquisa de preços realizada na internet. A Unidade Demandante defende que a escolha se deu por se revelar a alternativa mais vantajosa, conforme os elementos disponíveis.

De acordo com o comando do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, a instrução do procedimento de contratação direta deve conter a estimativa da despesa, calculada na forma estabelecida no art. 23 do mesmo diploma:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. (grifos postos).

Ao doc. SEI 1758373, a CSI, unidade demandante, apresenta a seguinte manifestação:

Foram realizadas pesquisas junto a diversos fornecedores e plataformas reconhecidas no setor. Apenas um fornecedor respondeu à cotação e os valores apresentados estão compatíveis com os praticados no mercado, conforme levantamento fundamentado. Isso demonstra diligência na busca pela conformidade e economicidade.

Cabe destacar que, atualmente, há uma maior preferência pelo uso de armazenamento em nuvem, motivada pela praticidade e pelo custo-benefício. Esse cenário contribui ainda mais para a escassez de discos físicos de alta capacidade disponíveis em ofertas regulares.

Para atendimento ao quanto solicitado, informamos que a pesquisa de preço foi complementada para a quantidade indicada de preços referenciais para cada item, conforme se observa no documento 1759289.

Resposta ao item 09 – Justificativa da diferença de valores entre proposta selecionada e pesquisa de internet:

Em atenção ao questionamento relativo aos itens II e III, esclarecemos que a diferença entre os valores apresentados na proposta da empresa selecionada (R\$ 119,00 e R\$ 129,00, respectivamente) e os valores médios encontrados em pesquisa de internet decorre de fatores objetivos que influenciam diretamente a formação dos preços praticados em lojas físicas. Essa variação está relacionada, sobretudo, à diferença de modelo de negócio.

Os preços praticados em lojas físicas tendem a ser superiores aos de plataformas online em razão de custos operacionais adicionais, tais como despesas com aluguel, energia elétrica, segurança e manutenção do espaço físico, custos com pessoal e tributação diferenciada. Todos estes fatores impactam diretamente no preço final ao consumidor. Já os preços encontrados em sites podem ser de vendedores que operam sob regimes simplificados ou até mesmo como pessoa física, o que reduz significativamente os encargos incidentes.

Dessa forma, a proposta selecionada está compatível com os parâmetros de estimativa de valor previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando que os valores apresentados são compatíveis com o mercado local e justificam-se pelas condições comerciais e operacionais envolvidas, não configurando sobrepreço.

Resposta ao item 09 – Justificativa sobre a pesquisa de preços:

Em atenção ao questionamento relativo à pesquisa de preços apresentada, cumpre esclarecer que o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, ao tratar da estimativa de valor da contratação, admite expressamente a utilização de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo como uma das fontes válidas para a composição do valor estimado, conforme inciso III do §1º:

"III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;"

Nesse sentido, a pesquisa de preços apresentada utilizou como referência plataformas amplamente reconhecidas no mercado nacional, como Mercado Livre, Amazon e outras lojas virtuais, que se enquadram na categoria de sítios eletrônicos de domínio amplo, conforme entendimento já consolidado em diversos órgãos de controle e jurisprudência administrativa.

Essas plataformas:

Possuem ampla penetração no mercado e são utilizadas como referência de preços por consumidores e empresas;

Permitem a comparação entre diversos fornecedores e modelos de produtos;

Apresentam dados públicos, acessíveis e auditáveis, com data e hora de acesso devidamente registrados.

Ressalta-se que a Lei não exige que todos os sítios utilizados sejam “especializados”, mas sim que sejam especializados ou de domínio amplo, sendo ambos igualmente válidos para fins de estimativa de preços, desde que observados os critérios de confiabilidade, transparência e rastreabilidade.

Dessa forma, entende-se que a pesquisa de preços realizada atende aos ditames legais, especialmente ao art. 23, §1º, inciso III da Lei nº 14.133/2021, e contribui para a formação de um valor estimado compatível com os preços praticados no mercado.

Por fim, no que diz respeito a nota fiscal constante no documento 1743552, o documento se refere à informação da venda de objeto similar pela empresa selecionada, comprovada, nesta oportunidade, com a juntada do documento 1758429.

Quanto ao tema, urge consignar a recomendação do Tribunal de Contas da União no sentido de que a Administração busque diversificar suas

fontes de pesquisa, a fim de alcançar valores de referência que melhor retratem a realidade do mercado. É o que se extrai do Acórdão nº 1875/2021, de relatoria do ministro Raimundo Carneiro, em que restou registrada a recomendação de que “*as pesquisas de preços para estimativa de valor de objetos a serem licitados devem ser baseadas em uma ‘cesta de preços’, devendo dar preferência para preços públicos, oriundos de outros certames*”.

Assim, em que pese a pesquisa de preços se inserir entre as competências da unidade técnica, parece razoável consignar a recomendação de que, sempre que possível, nesta e em demandas vindouras, sejam buscados meios de diversificação das fontes de pesquisa, com o objetivo de aprimorar o procedimento de apuração dos valores de referência das contratações deste MPBA.

Convém mencionar ainda que o art. 75, § 3º, estabelece que as dispensas de valor sejam preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Quanto ao referido procedimento, consta do termo de referência o seguinte pronunciamento:

2.1.2 DIVULGAÇÃO DE AVISO PARA COTAÇÃO NO PORTAL MPBA:

(X) A - NÃO, CONFORME A SEGUINTE JUSTIFICATIVA: **Não se recomenda a adoção do procedimento previsto no art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021 (divulgação de aviso pelo prazo mínimo de 3 dias úteis) em razão de medidas aplicáveis de contrainteligência, de modo a resguardar o sigilo, no que for possível, sobre as pretensões de aquisições e serviços relativos às áreas de inteligência e segurança institucional.** Ademais, foi realizada a pesquisa de preços, na forma mais ampla possível, com fornecedores reconhecidos no ramo de atividade e que apresentaram os respectivos orçamentos.

Em que pese tal registro, no sentir desta ATJ/SGA, o objeto da presente demanda parece admitir a realização do procedimento especificado. Ademais, considerando o cenário de restrição na obtenção de orçamentos de múltiplos fornecedores, a medida parece útil para tentar alcançar novas propostas, bem como para resguardar a legitimidade da pretendida contratação.

Assim, recomenda-se que a unidade avalie a possibilidade de divulgação do aludido aviso de contratação na forma indicada no art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021. Registre-se que o presente apontamento possui natureza meramente sugestiva, competindo à unidade demandante a ulterior definição quanto ao cabimento do procedimento, sem necessidade de posterior chancela desta Assessoria.

II.II.III DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Consta dos autos, doc. SEI 1747245, que as despesas serão custeadas pela unidade gestora 40101/0038, e correrão por conta do projeto/atividade 5211, elemento da despesa 33.90.30, cujo saldo da dotação orçamentária para o presente exercício totaliza R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).

Assim, restou demonstrada a suficiência de recursos orçamentários para adimplemento da despesa pretendida no presente exercício, R\$ 6.157,00 (seis mil cento e cinquenta e sete reais).

Ressaltamos, ainda sobre tal ponto, que, ao doc. SEI 1757477, consta a seguinte manifestação: *Declaro, para os devidos fins, que não foi contratado outro serviço com o mesmo código de serviço PDM que tenha gerado impacto orçamentário no corrente ano.*

II.II.IV DA REGULARIDADE DOCUMENTAL DO PRETENSO CONTRATADO

Mister salientar o quanto disposto no art. 70, III, do indicado diploma normativo no sentido de autorizar a dispensa de documentos, “*total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)*”.

A respeito do tema, ressalta-se a previsão contida no art. 65 da Lei Estadual nº 14.634/2023, em que se estabelece a exigência de prova de regularidade do interessado com a Fazenda do Estado da Bahia como condição para celebração do contrato, especificamente em processos de contratação direta.

Ainda, assim dispõe o Ato Normativo n.º 048/2024:

Art. 16. (...)

§ 4º Sem prejuízo à inclusão de outros documentos específicos legalmente admitidos, a demonstração de habilitação e qualificação do pretenso contratado deverá ser composta por, no mínimo:

I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa, inscrição de empresário individual ou registro de microempreendedor individual (MEI), se pessoa jurídica;

II – comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF ou no Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas – CNPJ/ MF;

III – prova de regularidade perante a Fazenda Federal, inclusive INSS;

IV – prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal, relativa ao seu domicílio;

V – prova de regularidade perante a Fazenda do Estado da Bahia;

VI – prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), se pessoa jurídica;

VII – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

VIII – declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

IX – declaração de adequação à Resolução Nº 37/2009 do CNMP.

§ 5º Os documentos exigidos no parágrafo anterior poderão ser substituídos, no todo ou em parte, por comprovante de registro cadastral emitido junto ao PNCP, SICAF ou SAF/SAEB, desde que acompanhado por extrato que ateste a regularidade daqueles.

§ 6º O rol de documentos inicialmente exigido no § 4º deste artigo, caso necessário, deverá ser complementado pela unidade requisitante, indicando o

diploma normativo correspondente.

In casu, é possível observar dos autos a juntada de tela do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, doc. SEI 1740850 e 1740854, comprovando a regularidade fiscal e trabalhista da empresa que se pretende contratar.

Ademais, pertinente destacar a juntada dos extratos que demonstram a idoneidade do selecionado, em cumprimento ao que determina o art. 91, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, doc. SEI 1763564 e 1763568.

II.III DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Quanto à forma de instrumentalização da contratação, a Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, em seu artigo 75, § 3º, que as dispensas fundadas nos incisos I e II “serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa”.

Nesse sentido, o Ato Normativo n.º 048/2024:

Art. 20. As autorizações para contratação por dispensa de licitação de pequeno valor serão precedidas, sempre que possível, de divulgação de aviso no sítio eletrônico do MPBA, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

Vê-se, portanto, que o objetivo do legislador é conduzir a Administração à realização de dispensa eletrônica, procedimento que, teoricamente, potencializa o universo de possíveis interessados, e permite a competição entre suas propostas.

No caso concreto, consta dos autos manifestação específica da unidade para a não realização da dispensa eletrônica, conforme disposto ao doc. SEI 1747212, abaixo reproduzido:

Conforme se observa da pesquisa de mercado, apenas 01 (uma) das empresas pesquisadas apresentou orçamento, enquanto as demais não responderam aos e-mails enviados. Diante desse cenário, com objetivo de avaliar a razoabilidade do valor proposto pelo único fornecedor, **foi realizada pesquisa de preços complementar. Essa análise incluiu consultas a sistemas de registros de preços de outros órgãos públicos, levantamento em sites especializados da internet e verificação de nota fiscal referente à venda recente de objeto similar pela mesma empresa.** Também se realizou consulta ao sistema de registro de preços da Secretaria da Administração do Estado da Bahia, em que os itens não foram localizados.

Diante da excepcionalidade da situação que ora se apresenta, **não havia como incluir tal contratação no Plano de Contratações Anual, elaborado em 2024.** Bem assim, a premente necessidade do objeto requer que a aquisição seja efetivada de forma não eletrônica, dada sua especificidade - demonstrada nas dificuldades da pesquisa de mercado - e ausência de tempo hábil para realização das etapas do certame. Por tais razões, solicita-se autorização, de forma atípica, para inclusão da despesa no PCA e **contratação por dispensa não eletrônica.**

Registre-se que tal definição se relaciona a aspectos de natureza técnica, competindo à unidade demandante avaliar a adequação da medida pretendida.

Ainda assim, e reiterando o disposto anteriormente neste opinativo, parece prudente corroborar com a sugestão da DCCL constante do doc. SEI 1754629, abaixo reproduzida:

Recomendamos a adoção da divulgação de aviso no Portal deste Ministério Público do Estado da Bahia, conforme estabelece o art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021. Assim sendo, sugerimos que a instrução do processo seja realizada com antecedência de modo a englobar a referida publicação de aviso

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Diante do exposto, recomenda-se que a unidade avalie - neste expediente e em ocasiões vindouras - a possibilidade de promover a veiculação do aludido aviso de contratação, com vistas a obter propostas adicionais de eventuais interessados.

II.IV DA VINCULAÇÃO AO PCA

Para além dos itens específicos relacionados à instrução processual do presente expediente, urge mencionar o quanto determinado no Ato Normativo n.º 048/2024 acerca da previsão de despesas no Plano de Contratações Anual - PCA:

Art. 14. As demandas de contratações diretas das unidades gestoras deverão corresponder ao planejamento constante do plano de contratações anual para que possam ser devidamente executadas.

Embora conste no DFD a informação de que a despesa não foi prevista no PCA da unidade, a autorização do Superintendente de Gestão Administrativa determinou a inclusão, bem como a realização da dispensa não eletrônica, na forma do doc. SEI 1750299.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração, e respeitadas as etapas processuais de natureza técnica, inseridas sob a competência da unidade demandante, esta Assessoria Técnico-Jurídica **opina pela regularidade jurídica da dispensa de licitação** em epígrafe, ao tempo em que recomenda à unidade que:

I) embora a realização da pesquisa de preços seja atribuição da unidade técnica, e levando em conta as devidas justificativas apresentadas pela área demandante, recomenda-se que, sempre que possível — tanto neste caso quanto em futuras demandas —, sejam adotadas medidas voltadas à diversificação das fontes utilizadas, com vistas ao aprimoramento do procedimento de apuração dos valores de referência das contratações no âmbito deste MPBA;

II) especificamente no caso concreto, recomenda-se que a unidade demandante avalie a possibilidade de, previamente à formalização da contratação da empresa selecionada, promover a divulgação do aviso de contratação no sítio eletrônico do Ministério Público do Estado da Bahia, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com vistas a obter orçamentos adicionais, bem como para ampliar a legalidade e a segurança jurídica do presente procedimento.

Considerando o teor meramente sugestivo dos presentes apontamentos e o fato de que a pesquisa de preços consiste em atribuição de natureza técnica, resta dispensado o retorno do presente expediente a esta ATJ/SGA, salvo se suscitada nova indagação de cunho jurídico.

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

Belº. Maria Paula Simões Silva

Diretora Jurídica

Assessoria Técnico-Jurídica/SGA

Matrícula nº. 355.047

Bel. Clovis Oliveira de Carvalho

Assistente de Gestão II

Assessoria Técnico-Jurídica/SGA

Matrícula 354.813



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simões Silva** - Diretora, em 10/11/2025, às 10:09, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Oliveira Carvalho** - Assistente Técnico Administrativo, em 10/11/2025, às 10:13, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1763793** e o código CRC **7502E24D**.

DESPACHO

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios,
À Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI,

Acolho o Parecer nº 774/2025 da Assessoria Técnico-Jurídica, pelos seus fundamentos, e autorizo à contratação direta, mediante dispensa de licitação, da empresa NETLIFE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.010.218/0001-31 , com vistas à aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case), visando suprir a demanda por repositórios de dados extraídos no âmbito das investigações, garantindo sua preservação e confiabilidade, conforme condições do documento de oficialização da demanda, doc.1738547 , com as seguintes orientações:

I) embora a realização da pesquisa de preços seja atribuição da unidade técnica, e levando em conta as devidas justificativas apresentadas pela área demandante, orientamos que, sempre que possível , sejam adotadas medidas voltadas à diversificação das fontes utilizadas, com vistas ao aprimoramento do procedimento de apuração dos valores de referência das contratações no âmbito deste MPBA, em alinhamento com a recomendação emanada por órgãos de Controle;

II) especificamente no caso concreto, orientamos que a unidade demandante avalie a possibilidade de, previamente à formalização da contratação da empresa selecionada, promover a divulgação do aviso de contratação no sítio eletrônico do Ministério Público do Estado da Bahia, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com vistas a obter orçamentos adicionais, bem como para ampliar a legalidade e a segurança jurídica do presente procedimento.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente expediente para conhecimento e adoção das providências pertinentes.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por André Luis Sant Ana Ribeiro - Superintendente, em 11/11/2025, às 18:32, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1778237 e o código CRC 04631E4E.

DESPACHO

Em atenção ao quanto disposto na deliberação do Superintendente de Gestão Administrativa, encaminhamos o expediente ao CSI para manifestação acerca do ponto II da referida documentação.

Após, retorne-se para publicação do aviso ou da autorização da contratação.

Paula Souza de Paula Marques

Assistente de Gestão III

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 12/11/2025, às 10:23, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1780302** e o código CRC **19F0CC7F**.

DESPACHO

De ordem do Coordenador da CSI, encaminhe-se à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, informando que esta Coordenadoria está de acordo com a divulgação do aviso de contratação no sítio eletrônico do Ministério Pùblico do Estado da Bahia, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com vistas a obter orçamentos adicionais.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** - Assistente Técnico Administrativa, em 12/11/2025, às 10:43, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpbahia.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1780341** e o código CRC **F94C64D3**.

DESPACHO

A fim de que possamos proceder com a publicação do aviso, solicitamos as seguintes informações:

- E-mail para encaminhamento de propostas:
- Telefone para contato:
- Prazo para envio das propostas por e-mail: **xx (xxxx)** dias úteis

Paula Souza de Paula Marques

Assistente de Gestão III

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 12/11/2025, às 15:53, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpbam.p.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1781171** e o código CRC **F2891420**.

DESPACHO

De ordem do Coordenador da CSI, encaminhe-se à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, com as informações solicitadas:

E-mail para envio de propostas: csi@mpba.mp.br

Telefone para contato: 71 31036556

Prazo para envio de propostas: 03 (três) dias úteis.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** - Assistente Técnico Administrativa, em 12/11/2025, às 16:31, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1781323** e o código CRC **3589F882**.

DESPACHO

Retornamos o presente expediente à **CSI** informando que foi publicado em **17/11/2025** o aviso da **Dispensa de Licitação Nº 929/2025** (doc. 1786112) no Portal do MPBA, que poderá ser consultado através da opção "Serviços", "Contratações e Outros Ajustes", no menu lateral "Dispensa de Licitações" (<https://www.mpba.mp.br/contratacoes/3048>).

Assim sendo, solicitamos que a Unidade prossiga com o acompanhamento do recebimento das propostas no e-mail e no prazo estipulado pela referida Unidade e posterior finalização da instrução do processo de dispensa de licitação conforme Base de Conhecimento do processo correlato.

Registrarmos, oportunamente, que, quando da instrução do procedimento na íntegra, é de suma importância acessar os documentos disponíveis na Base de Conhecimento do SEI, haja vista que os mesmos vem sofrendo atualizações face à novos entendimentos dos órgãos de assessoramento e controle, além da identificação de melhorias para o fluxo processual.

Paula Souza de Paula Marques

Assistente de Gestão III

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 17/11/2025, às 10:22, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1786105** e o código CRC **7F0E5014**.

Salvador, 17 de novembro de 2025.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 19.09.45607.0031704/2025-06

Dispensa de Licitação nº 292/2025

O Ministério Público do Estado da Bahia, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento a realização de Dispensa de Licitação, em sua forma não eletrônica, que tem objeto a “**aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case)**”.

Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas.

As propostas de preços serão recebidas, exclusivamente, pelo e-mail czi@mpba.mp.br até às 23h59min do dia 24 de novembro de 2025.

Informações detalhadas sobre o objeto da contratação e sobre as regras para participação de fornecedores interessados encontram-se no Termo de Referência, bem como modelo de proposta, disponibilizados para download no Portal MPBA.

Dúvidas e esclarecimentos podem ser obtidos através do e-mail acima ou ainda pelo telefone **(71) 3103-6556**.

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para o Ministério Público do Estado da Bahia será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração.

Ministério Público do Estado da Bahia

Sede Administrativa: 5ª Avenida, mº 750, do CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP: 41.745-0004

[Ministério Público do Estado da Bahia. | \(mpba.mp.br\)](http://Ministério%20Público%20do%20Estado%20da%20Bahia.%20%20(mpba.mp.br))



Contratações e Outros Ajustes *Dispensa de licitação não eletrônica nº 292/2025* foi criado.

Dispensa de licitação não eletrônica nº 292/2025

**Processo nº:**

19.09.45607.0031704/2025 06

Tipo:

Dispensa de Licitação

Data:

segunda feira, Novembro 17, 2025 10 15

Objeto:

Aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case)

Fundamentação legal:

Art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021

Arquivos:

[Aviso](#)

[Termo de Referência](#)

[Modelo de Proposta](#)





DESPACHO

De ordem do Coordenador da CSI, encaminhe-se o presente à DCCL para os devidos fins, informando e certificando que não houve envio de propostas relativas a qualquer dos itens da contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** - Assistente Técnico Administrativa, em 25/11/2025, às 10:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1794674** e o código CRC **FC45A83E**.

DESPACHO

A fim de que possamos proceder com a publicação da autorização da contratação, solicitamos sejam informados os CATMATs dos 3 itens a serem adquiridos, haja vista que foram informados os códigos de classe e pdm (nos campos de pdm e catmat da tabela de itens), respectivamente.

Paula Souza de Paula Marques

Assistente de Gestão III

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 26/11/2025, às 10:22, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1797194** e o código CRC **34B3E0AC**.

DESPACHO

De ordem do Coordenador da CSI, encaminhe-se o presente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, informando os códigos solicitados: item 01: 463206; item 02: 400183; item 03: 400183.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** - Assistente Técnico Administrativa, em 26/11/2025, às 11:04, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1797291** e o código CRC **8797E77D**.

[Editais](#)

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 288/2025

Última atualização 26/11/2025

Local: Salvador/BA **Órgão:** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Unidade compradora: 926302 - EBA - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 26/11/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 04142491000166-1-000364/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case)

Informação complementar:

Unidade Gestora: 40.101/0038 Dispensa de licitação não eletrônica nº 292/2025

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 6.157,00	R\$ 6.157,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	Disco Rígido Removível capacidade memória: 20, velocidade transferência: 12, interface: sas e ssd, aplicação: storage, características adicionais: memória cache 256 mb, velocidade: 10.000	2	R\$ 2.895,00
2	Adaptador Conector tipo conectores: usb 2.0 para ide/mini ide sata, características adicionais: conversor usb, aplicação: informática	2	R\$ 119,00
3	Adaptador Conector tipo conectores: usb 2.0 para ide/mini ide sata, características adicionais: conversor usb, aplicação: informática	1	R\$ 129,00

Exibir:

1-3 de 3 itens

Página:

[Voltar](#)

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Pùblicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Pùblicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

[0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.



Contratações e Outros Ajustes *Dispensa de licitação não eletrônica nº 292/2025* foi atualizado.

Dispensa de licitação não eletrônica nº 292/2025

**Processo nº:**

19.09.45607.0031704/2025 06

Tipo:

Dispensa de Licitação

Data:

segunda feira, Novembro 17, 2025 10 15

Objeto:

Aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case)

Fundamentação legal:

Art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021

Informações gerais:

Unidade Gestora: 40.101/0038



Data da publicação do aviso: 17/11/2025

Link da Publicação no PNCP –

Autorização: <https://pncp.gov.br/app/editais/04142491000166/2025/364>

Arquivos:

[Aviso](#)

[Termo de Referência](#)

[Modelo de Proposta](#)



PORATARIA

PORATARIA Nº 680/2025

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA , no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.45607.0031704/2025-06, RESOLVE

Designar os servidores para atuarem na gestão e fiscalização da contratação decorrente da Dispensa de Licitação nº 292/2025, relativo à aquisição de acessórios de armazenamento externo (discos rígidos, adaptadores e case).

GESTOR ORÇAMENTÁRIO: Gilberto Costa de Amorim Júnior, matrícula 351.442.

GESTOR DO CONTRATO: Gilberto Costa de Amorim Júnior, matrícula 351.442.

FISCAL ADMINISTRATIVO e SUPLENTE: Reinaldo Góes de Souza matrícula 352.498 e Luciano Santos Correia, matrícula 269.886 respectivamente.

FISCAL TÉCNICO e SUPLENTE: Reinaldo Góes de Souza matrícula 352.498 e Luciano Santos Correia, matrícula 269.886 respectivamente.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Pùblico do Estado da Bahia.

André Luís Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant'Ana Ribeiro** - Superintendente, em 26/11/2025, às 21:40, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpbam.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1798451** e o código CRC **83D7B70A**.

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à **CSI - Unidade de Execução Orçamentária**, acompanhado da publicação da autorização da **Dispensa de Licitação não eletrônica nº 292/2025** no Portal Nacional de Contratações Públicas ([Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/pnnp)) e no Portal do MPBA (<https://www.mpbba.mp.br/contratacoes/3048>).

Em virtude da não exigência legal de publicação das portarias de gestão e fiscalização, bem assim considerando que os servidores designados manifestaram ciência da designação, registramos que deixamos de realizar as publicações no Diário de Justiça Eletrônico acerca das portarias designatórias.

Por fim, em atenção ao quanto disposto no art.18, § 1º do Ato Normativo 036 de 09 de agosto de 2024, solicitamos que o servidor responsável pela execução orçamentária, **quando da instrução do processo de pagamento, anexe o empenho com posterior remessa, concomitante, ao fiscal administrativo da contratação**, para adoção das providências relativas ao inciso I do art. 12; e a esta Coordenação, **no prazo de 08 (oito) dias úteis**, para divulgação do Portal Nacional de Contratações Públicas, para fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 18, § 1º: O processo de pagamento deverá ser iniciado pelo servidor responsável pela execução orçamentária da unidade gestora mediante encarte do empenho emitido, com posterior remessa ao fiscal administrativo da contratação, para adoção das providências relativas ao inciso I do art. 12. (grifo nosso)

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

*...
II 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta. (grifo nosso)*

Não havendo atos adicionais a serem praticados por esta Coordenação, concluímos o presente expediente na unidade.

Thalita Brito Caldas

Assistente Técnico Administrativo

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** - Assistente Técnico Administrativa, em 27/11/2025, às 09:19, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Pùblico do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpbba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1799121** e o código CRC **91EC545C**.